Ventos do Sul Energia S.A.

Demonstrações Financeiras
Referentes ao Exercício Findo
em 31 de Dezembro de 2019 e
Relatório do Auditor Independente

Deloitte Touche Tohmatsu Auditores Independentes

Deloitte Touche Tohmatsu
Av. Carlos Gomes, 222 –
2º andar - Boa Vista -
90480-000 - Porto Alegre - RS
Brasil

Tel.: + 55 (51) 3327-8800
Fax: + 55 (51) 3328-3031
www.deloitte.com.br

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Aos Acionistas e Administradores da
Ventos do Sul Energia S.A.

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras da Ventos do Sul Energia S.A. ("Companhia"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2019 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Ventos do Sul Energia S.A. em 31 de dezembro de 2019, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro ("International Financial Reporting Standards - IFRS"), emitidas pelo "International Accounting Standards Board - IASB".

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade - CFC, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Principais assuntos de auditoria

Principais assuntos de auditoria são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações financeiras como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações financeiras, e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos.

Reconhecimento de receita

Conforme descrito nas notas explicativas nº 2.9 e nº 18 às demonstrações financeiras, a receita da Companhia decorre substancialmente da geração de energia elétrica, sendo reconhecida quando esta é fornecida para o cliente por um valor que reflita a contraprestação à qual a Companhia espera ter direito em troca desse fornecimento. Esse assunto foi considerado como um principal assunto de auditoria em virtude da relevância dos valores envolvidos e os potenciais efeitos sobre o registro contábil da receita e contas a receber e da dependência dos respectivos controles internos envolvidos no processo de reconhecimento da receita da Companhia.

A Deloitte refere-se a uma ou mais entidades da Deloitte Touche Tohmatsu Limited, uma sociedade privada, de responsabilidade limitada, estabelecida no Reino Unido ("DTTL"), sua rede de firmas-membro, e entidades a ela relacionadas. A DTTL e cada uma de suas firmas-membro são entidades legalmente separadas e independentes. A DTTL (também chamada "Deloitte Global") não presta serviços a clientes. Consulte www.deloitte.com/about para obter uma descrição mais detalhada da DTTL e suas firmas-membro.

A Deloitte oferece serviços de auditoria, consultoria, assessoria financeira, gestão de riscos e consultoria tributária para clientes públicos e privados dos mais diversos setores. A Deloitte atende a quatro de cada cinco organizações listadas pela Fortune Global 500®, por meio de uma rede globalmente conectada de firmas-membro em mais de 150 países, trazendo capacidades de classe global, visões e serviços de alta qualidade para abordar os mais complexos desafios de negócios dos clientes. Para saber mais sobre como os cerca de 286.200 profissionais da Deloitte impactam positivamente nossos clientes, conecte-se a nós pelo Facebook, LinkedIn e Twitter.

© 2020. Para mais informações, contate a Deloitte Touche Tohmatsu Limited.

Para responder a esse principal assunto de auditoria, nossos procedimentos de auditoria sobre o reconhecimento de receita incluíram, entre outros: (a) o entendimento e a avaliação do desenho e da implementação dos controles internos relevantes determinados pela Administração para mensurar o montante da receita a ser reconhecida nas demonstrações financeiras; (b) procedimentos analíticos substantivos para avaliar a ocorrência da receita, comparando a receita reconhecida com as informações de geração de energia e preço contratadas com o cliente; (c) seleção e análise de lançamentos manuais efetuados diretamente nas contas de receita; e (d) testes por meio de amostragem para verificação da integridade das bases de dados e informações utilizadas no processo de reconhecimento de receita. Nossos procedimentos incluíram também a avaliação das divulgações efetuadas pela Companhia nas notas explicativas.

Com base nos procedimentos de auditoria descritos anteriormente e nas evidências de auditoria obtidas que suportam nossos testes, consideramos que os critérios de reconhecimento de receita adotados pela Administração e as respectivas divulgações são aceitáveis no contexto das demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Emissão de debêntures

Conforme descrito na nota explicativa nº 13 às demonstrações financeiras, em outubro de 2019 a Companhia protocolou o registro na categoria B da Comissão de Valores Mobiliários - CVM e efetuou sua primeira emissão de debêntures, não conversíveis, durante o exercício de 2019 no valor de R$325 milhões. Esse assunto foi considerado como um principal assunto de auditoria em virtude da relevância dos valores envolvidos e dos potenciais efeitos sobre os custos de transação e encargos financeiros incorridos na captação dos recursos que foram apropriados ao resultado em função da fluência do prazo, pelo custo amortizado, usando o método dos juros efetivos.

Para responder a esse principal assunto de auditoria, nossos procedimentos de auditoria sobre a emissão de debêntures incluíram, entre outros: (a) o entendimento e a avaliação do desenho e da implementação dos controles internos relevantes determinados pela Administração para reconhecimento das debêntures emitidas e mensuração do comissionamento da operação; (b) inspeção da documentação suporte da escrituração das debêntures e dos custos de transação incorridos; e (c) procedimentos substantivos para testar os custos de transação e encargos financeiros incorridos e sua apropriação ao resultado. Nossos procedimentos incluíram também a avaliação das divulgações efetuadas pela Companhia nas notas explicativas.

Com base nos procedimentos de auditoria descritos anteriormente e nas evidências de auditoria obtidas que suportam nossos testes, consideramos que os critérios de reconhecimento e mensuração das debêntures adotados pela Administração e as respectivas divulgações são aceitáveis no contexto das demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Outros assuntos

Demonstração do valor adicionado

A demonstração do valor adicionado ("DVA") referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2019, elaborada sob a responsabilidade da Administração da Companhia e apresentada como informação suplementar para fins de IFRS, foi submetida a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações financeiras da Companhia. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essas demonstrações estão reconciliadas com as demais demonstrações financeiras e os registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e o seu conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no pronunciamento técnico CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado. Em nossa opinião, a demonstração do valor adicionado foi adequadamente elaborada, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nesse pronunciamento técnico e é consistente em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

© 2020. Para mais informações, contate a Deloitte Touche Tohmatsu Limited.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório do auditor

A Administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da Administração, e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a esse respeito.

Responsabilidades da Administração e da governança pelas demonstrações financeiras

A Administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS), emitidas pelo IASB, e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a Administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando e divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a Administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.

© 2020. Para mais informações, contate a Deloitte Touche Tohmatsu Limited.

- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.

- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Administração.

- Concluímos sobre a adequação do uso, pela Administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar a atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.

- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Fornecemos também aos responsáveis pela governança declaração de que cumprimos com as exigências éticas relevantes, incluindo os requisitos aplicáveis de independência, e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar, consideravelmente, nossa independência, incluindo, quando aplicável, as respectivas salvaguardas.

Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações financeiras do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

Porto Alegre, 13 de março de 2020

Deloitte Touche Tohmatsu

DELOITTE TOUCHE TOHMATSU
Auditores Independentes
CRC nº 2 SP 011609/O-8 "F" RS

Otávio Ramos Pereira
Contador
CRC nº 1 RS 057770/O-2

2020-POA-0033 VF (PA) .docx

© 2020. Para mais informações, contate a Deloitte Touche Tohmatsu Limited.

Relatório da Administração

Senhores Acionistas,

A administração da empresa Ventos do Sul Energia S/A., em cumprimento às disposições legais e estatutárias, submete à sua apreciação o Relatório de Administração correspondente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2019, o qual está sendo divulgado em conjunto com as demonstrações financeiras, elaboradas de acordo com a legislação societária brasileira e normas IFRS, comparativas ao ano 2018.

1. Considerações iniciais

A Companhia foi constituída em 30 de setembro de 2003, sob a forma de sociedade limitada, sob a denominação Enerfin do Brasil – Produtora de Energia Ltda, com prazo indeterminado, data em que suas operações tiveram início. Em 9 de maio de 2005, através de transformação do tipo societário de limitada para sociedade anônima, teve sua denominação social alterada para Ventos do Sul Energia S.A. Em 12 de setembro de 2019, a Companhia foi registrada na CVM sob o código 24767, como sociedade anônima de capital aberto, categoria B.

A Companhia tem sede na Cidade de Porto Alegre, Estado do Rio Grande do Sul, e tem por objeto social a geração, transmissão e distribuição de energia elétrica proveniente de fonte eólica para fins de comércio em caráter permanente, como Produtor Independente de Energia, sem constituir-se em empresa concessionária de serviço público.

O Grupo Elecnor detém o controle acionário da Companhia com 80% do seu capital social total e votante (112.771.200 ações), por meio da companhia Rio Sul 1 Energia Ltda., que por sua vez é controlada por Enerfín Enervento Exterior, S.L.U., controlada pela Enerfin Sociedad de Energia S.L.U., que por sua vez é controlada pela Elecnor S.A. A parcela remanescente do capital social da Ventos do Sul Energia é detida pelos fabricantes de aerogeradores, Wobben Windpower Indústria e Comércio Ltda. que detém 10% do capital social da (14.096.400 ações) e pela CEEE-GT que detém os outros 10% do capital social da Companhia (14.096.400 ações).

No Brasil, o Grupo Elecnor atua no setor elétrico, destacando-se na construção e operação de linhas de transmissão de energia elétrica, na construção e operação de usinas eólicas, solares e na prestação de serviços ao transporte e distribuição de gás natural.

Composição Acionária

A energia elétrica proveniente de fonte eólica é gerada pela Companhia através dos seus Parques Eólicos situados no município de Osório, no Estado do Rio Grande do Sul, contratados no âmbito do Programa de Incentivo às Fontes Alternativas de Energia Elétrica (Proinfa).

A Companhia possui atualmente um portfólio com 150 MW de parques eólicos com capacidade instalada própria, distribuídas em 3 Parques Eólicos denominados Parque Eólico de Osório, Parque Eólico de Sangradouro e Parque Eólico dos Índios. Cada parque eólico é composto por 25 aerogeradores com capacidade individual de 2MW/h. Os 3 parques juntos totalizam 75 aerogeradores em operação. Entraram em operação comercial em 2006, e foram investidos cerca de R$ 670 milhões.

Pelo fato de ser uma SPE (Sociedade de Propósito Específico), a Companhia mantém uma estrutura enxuta, dentro de uma política de austeridade e manutenção de custos baixos, mantendo rígidos controles administrativos, operacionais e legais, sendo gerida por profissionais e consultores altamente qualificados com experiência comprovada no setor, além da auditoria independente, possibilitando alto grau de segurança e transparência nos dados disponibilizados aos acionistas, parceiros e ao mercado em geral, adotando uma política de gestão preventiva e conservadora no que diz respeito aos riscos, sejam técnicos, sejam administrativos, buscando a redução da exposição às contingências.

A administração da Ventos do Sul segue otimista em relação aos avanços do setor de energia eólico brasileiro e continua confiante em sua plataforma de negócios, cada vez mais preparada e bem posicionada para enfrentar os desafios e oportunidades no país.

2. Energia Eólica

Desde o final do século 20, o risco de esgotamento dos recursos energéticos e a vulnerabilidade de frequentes cortes de energia elétrica em grande escala, bem como o aumento da preocupação com o meio ambiente, conduziu diversos países à busca por uma matriz energética mais diversificada, direcionando muitas pesquisas e investimentos para fontes de energia menos poluentes.

A energia eólica é a energia obtida a partir do movimento do ar, ou seja, a partir do vento, sendo, portanto, uma fonte de energia inesgotável, renovável e limpa. A sua geração evita a emissão de gases de efeito estufa e reduz o impacto sobre o aquecimento global. Representando um cenário energético ecologicamente favorável, a geração de energia a partir da fonte eólica auxilia a minimizar os impactos causados a fauna e a flora originados pelas formas tradicionais de geração de energia, além de não interferir nas atividades desenvolvidas nas áreas ocupadas pelas usinas.

Em vista disso, a energia eólica é uma das fontes alternativas de energia que mais cresce no mundo, pois, além de ser uma fonte limpa, complementa as demais fontes energéticas, permitindo a economia de outros recursos naturais utilizados em outras formas de geração. No caso do sistema de abastecimento de energia elétrica do Estado do Rio Grande do Sul, a energia eólica tem ainda maior complementaridade e

importância estratégica, pois a época de maior incidência dos ventos coincide com o período de seca na região.

3. Comentário sobre a conjuntura

AMBIENTE MACROECONÔMICO

No ano de 2019 de acordo com a Câmara de Comercialização de Energia Elétrica (CCEE), a geração de energia eólica no país cresceu 16,9% em relação a 2018.

Posição	Estado	2019 (MWmed)	2018 (MWmed)	Diferença
1º	Bahia	22.969	15.042	53%
2º	Rio Grande do Norte	18.666	18.019	4%
3º	Ceará	9.875	9.244	7%
4º	Piauí	8.649	7.634	13%
5º	Rio Grande do Sul	7.180	7.602	-6%
6º	Pernambuco	3.350	3.411	-2%
7º	Maranhão	2.116	1.347	57%
8º	Paraíba	756	777	-3%
9º	Santa Catarina	475	235	102%
10º	Sergipe	93	109	-15%

Fonte :InfoMercado – Dados Gerais, CCEE.

As usinas produziram cerca de 74.242,2 MW médios em 2019 comparado aos 63.516,6 MW médios de 2018.

Segundo dados reunidos pela Associação Brasileira de Energia Eólica (ABEEOLICA), foram instaladas em 2018 51,3 GW de nova capacidade eólica instalada, levando a capacidade total instalada no mundo para 591 GW. O GWEC (Global Wind Energy Council) espera um forte crescimento nos próximos anos, com cerca de 300 GW de nova capacidade a ser adicionada nos próximos cinco anos, à medida que a indústria eólica continua a provar sua competitividade em custos em relação à geração de combustível fóssil e nuclear em todo o mundo. A China e os EUA permaneceram os maiores mercados onshore com 21,2 GW e 7,6 GW de nova capacidade, respectivamente. O mercado europeu onshore instalou 9 GW.

O mercado de energia eólica no Brasil está em expansão. De 2011 a 2018, o setor eólico já investiu mais de US$ 31 bilhões, representando um acréscimo de 1,94

GW de novas instalações, foram 75 novos parques. Ao final de 2019, a capacidade instalada no país alcançou 15,4 GW, representando a oitava colocação no ranking mundial de produção de energia eólica.

O Brasil foi 2º melhor colocado como país atrativo para destino de investimentos em energia renovável entre 58 países pesquisados.

No Brasil, a energia eólica abasteceu, na média mensal, em 2018, cerca de 25,5 milhões de residências, o que equivale a 76 milhões de pessoas. Para base de comparação, isso é mais que a população de todo o Nordeste (cerca de 57 milhões de pessoas).

Ao todo, foram gerados 48,42 TWh de energia eólica ao longo de 2018. Em comparação com 2017, a produção de energia dos ventos foi superior em 14,6%. A geração média de 2018 foi de 5.515,9 MW médios e o recorde foi em setembro, quando a geração atingiu a marca de 7.694,6 MW médios.

Progressivamente, a fonte eólica vem ocupando um papel importante alcançando em 2018 uma participação de aproximadamente 9% na matriz energética brasileira. Atualmente, já são mais de 600 parques eólicos em funcionamento, com mais de 7.500 aerogeradores instalados em 12 estados.

4. Desempenho econômico-financeiro

Os comentários da Administração sobre o desempenho econômico-financeiro e o resultado das operações devem ser lidos em conjunto com as demonstrações financeiras e notas explicativas.

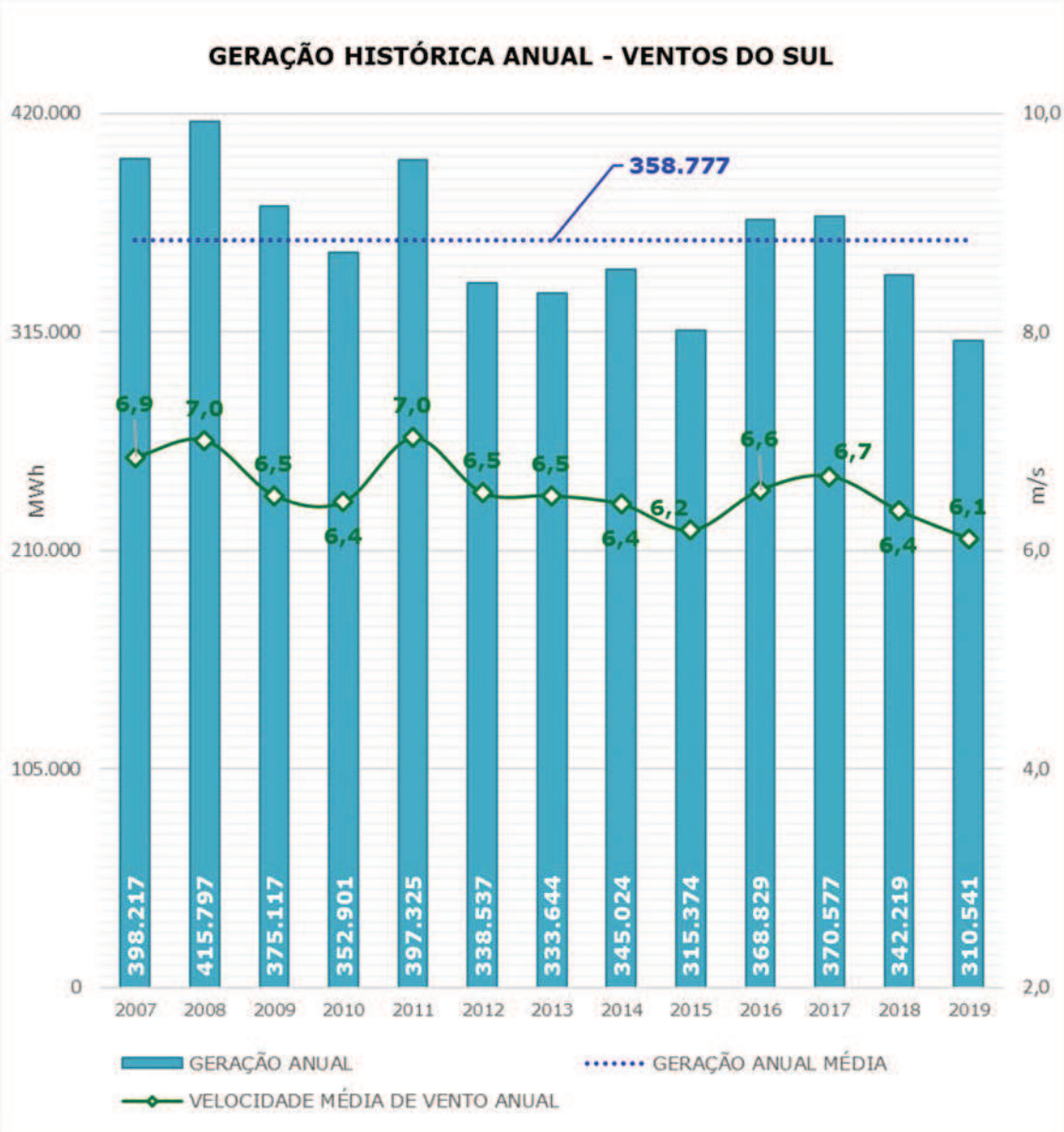
Receita Operacional

A receita operacional bruta no ano de 2019 foi de R$ 148,8 milhões, representando a uma redução de 4% (R$ 6 milhões) se comparado com a receita de 2018. A redução ocorreu devido à escassez de vento, gerando menor produção de energia. As deduções sobre a receita operacional importaram em R$ 13,9 milhões, representando uma redução de 3% (R$ 468 mil). A receita operacional líquida foi de R$ 134,8 milhões, representando uma redução de 4%.

Importante destacar que a variação da receita e produção, está diretamente relacionada ao recurso eólico, que apresenta ciclos variáveis de maior ou menor intensidade ao longo do tempo.

O gráfico a seguir mostra um comparativo entre a energia produzida nos diferentes anos de produção da Companhia. Também são apresentadas as velocidades médias no mesmo período, podendo-se relacionar as duas grandezas.

Observa-se que a velocidade média anual de ventos é superior a 6 m/s:



Geração Operacional de Caixa — EBITDA

A Companhia apresentou, nos últimos dois exercícios sociais, as seguintes medições não contábeis:

	Em milhares de reais	
	2019	**2018**
Lucro Líquido	48.009	42.841
Depreciação e amortização	19.589	19.380
Resultado Financeiro	1.376	13.205
IRPJ/CSLL	24.643	23.267
EBITDA	93.617	98.693
Receita Líquida	134.829	140.087
Margem EBITDA	69,4%	70,4%

O EBITDA (Earnings Before Interest, Taxes, Depreciation and Amortization) sigla em inglês para denominar o LAJIDA (Lucros Antes de Juros, Impostos, Depreciações e Amortizações) não é uma medida e desempenho financeiro segundo as práticas contábeis adotadas no Brasil e o IFRS e está divulgada pela Companhia em consonância com a Instrução da CVM 527/12.

O EBITDA consiste no lucro líquido antes da despesa de imposto de renda e contribuição social corrente e diferido, do resultado financeiro líquido e das despesas com depreciação e amortização. A Margem EBITDA é calculada pela divisão do EBITDA pela receita operacional líquida.

O EBITDA e a Margem EBITDA não são medidores de performance conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil e o IFRS. Estes indicadores não representam os fluxos de caixa dos períodos apresentados e, portanto, não são uma medida alternativa aos resultados ou fluxos de caixa. A Companhia utiliza o EBITDA e a Margem EBITDA como medidas de desempenho para efeito gerencial e para comparação com empresas similares. Embora o EBITDA possua um significado padrão, nos termos do artigo 3º, inciso I, da Instrução CVM 527/12, a Companhia não pode garantir que outras sociedades, inclusive companhias fechadas, adotarão esse padrão. Nesse sentido, caso o padrão instituído pela Instrução CVM 527/12 não seja adotado por outras sociedades, o EBITDA divulgado pela Companhia pode não ser comparável ao EBITDA divulgado por outras sociedades.

Lucro Líquido

Em 2019, o lucro líquido do exercício atingiu R$ 48 milhões representando um aumento de 12% (R$ 5,1 milhões) comparado com o lucro líquido de 2018, em decorrência da variação cambial liquida.

Destinação do Lucro Líquido do Exercício

De acordo com o estatuto social da Companhia, e o que determina o artigo 193 e 202 da Lei n.º 6.404/76, em 2018 foram destinados 5% do lucro líquido do exercício social para a constituição da reserva legal, e 50% do lucro líquido do exercício destinados aos acionistas a título de dividendo obrigatório. Em assembleia posterior ao encerramento do exercício, a administração destinou o restante do lucro líquido aos acionistas a título de dividendo obrigatório.

Em 2019 a Companhia destinou a título de dividendos o valor de R$ 20,3 milhões oriundos de Reserva Especial de Lucros e distribuiu R$ 43,28 milhões do lucro líquido de 2019.

Debêntures

A companhia realizou em 21/10/2019 sua 1º emissão de Debêntures simples, não conversíveis em ações, em duas séries, da espécie com garantia real, para distribuição pública, totalmente destinados à liquidação integral de todo e qualquer passivo financeiro da Companhia, sendo a diferença positiva destinada à recomposição do caixa da Companhia para condução das suas atividades.

O valor total captado foi de R$ 325 milhões e o recurso entrou na Companhia no dia 30 de outubro de 2019. Foram emitidas 325.000 (trezentas e vinte e cinco mil) Debêntures, sendo 227.000 Debêntures da Primeira Série, com juros remuneratórios correspondentes a 100% do CDI + 0,75% ao ano, e 98.000 Debêntures da Segunda Série com juros remuneratórios correspondentes a IPCA + 3,25% ao ano. A amortização das debêntures e o pagamento de juros remuneratórios, ocorrerão semestralmente nos meses de dezembro e junho, sendo que a primeira amortização ocorreu em dezembro de 2019.

Indicadores econômico-financeiros

Os principais indicadores econômico-financeiros ao final dos exercícios de 2019 e 2018:

	2019	2018
Liquidez Geral	0,19	0,43
Liquidez Corrente	0,52	0,98
Grau de Imobilização	52,06	1,84
Endividamento Total s/Patrimônio Líquido	62,9	1,49
Endividamento Total s/Ativo Total	0,98	0,60
Endividamento de Longo Prazo	0,73	1,34

Conforme os indicadores acima referidos, constata-se que o Endividamento aumentou devido a Emissão de debentures no ano de 2019 e o Grau de Imobilização aumentou em função da redução de capital social realizada em 2019.

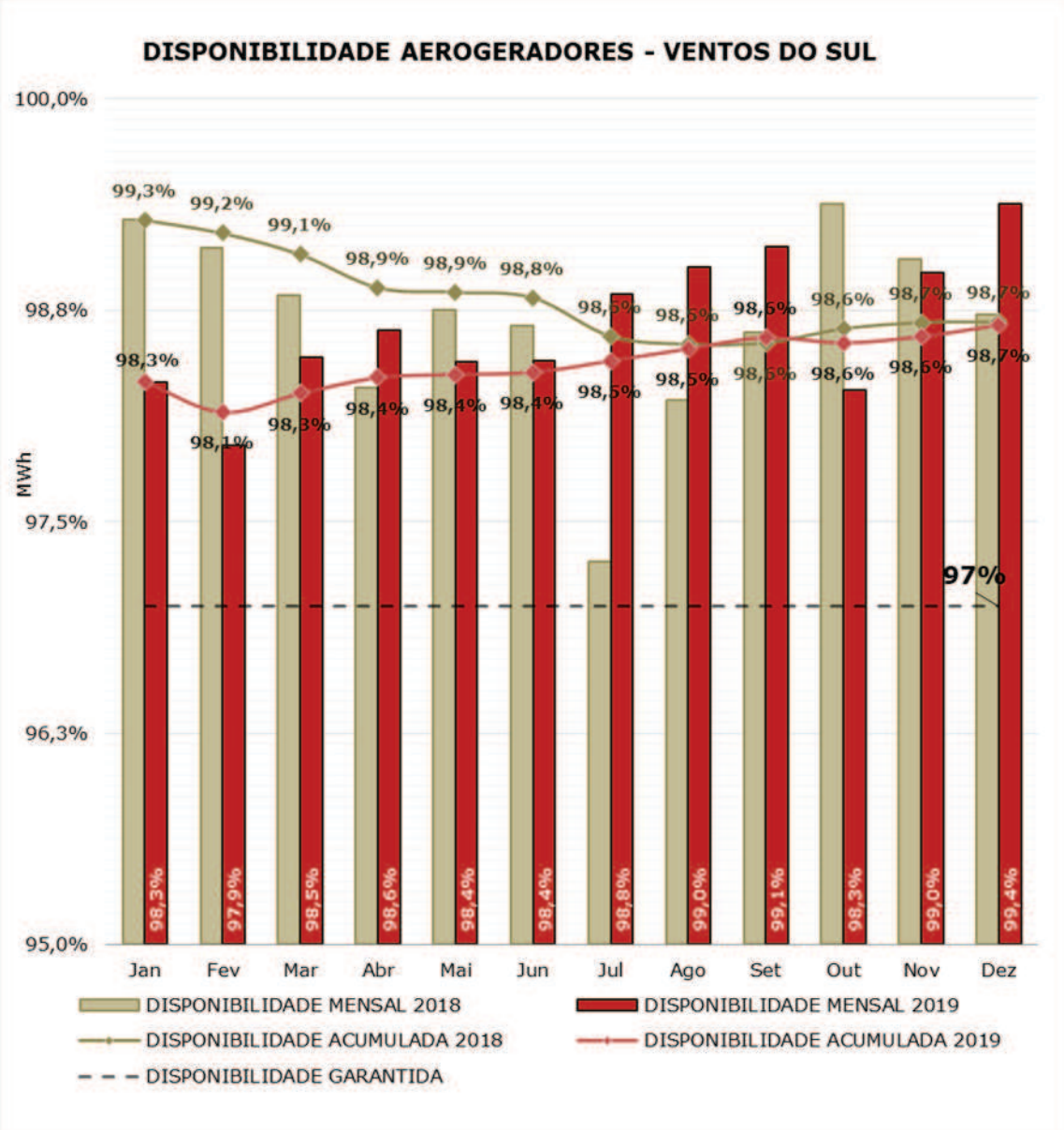
5. Investimentos

A Companhia investe exclusivamente na geração de energia elétrica de fonte eólica e acredita que essa característica a diferencia ao possibilitar conhecimento e dedicação específica sobre a atividade, permitindo uma gestão voltada para a redução dos riscos e despesas relacionadas às atividades de operação e manutenção do empreendimento.

A Companhia entende que o setor de energia renovável brasileiro encontra-se maduro e considera estar bem posicionada para participar na geração de energia renovável nos próximos anos em função do seu robusto desempenho em operações e do retorno sobre os investimentos realizados.

A Companhia acredita que seu modelo de negócios apresenta uma equação de risco diferenciada, na medida em que foca na geração da energia produzida por seus ativos operacionais, que já superaram sua fase de implantação, eliminando os riscos relacionados a projetos em desenvolvimento e a projetos em implantação. A Companhia não assume riscos relacionados à prospecção e desenvolvimento de projetos, não realiza investimentos em projetos pré-operacionais e não executa a construção de novos empreendimentos.

A companhia possui contrato de O&M com o fornecedor dos aerogeradores, que compreende a manutenção preventiva e corretiva destes equipamentos. Este contrato possibilita o acompanhamento contínuo dos equipamentos, e estabelece uma disponibilidade mínima e garantida de 97,0% dos aerogeradores. Os resultados obtidos indicam que as máquinas mantem ou superam, após 13 anos de produção, a mesma disponibilidade média do início da operação conforme pode ser comprovado nos gráficos abaixo, 98,7 % de disponibilidade acumulada em 2019 e 2018. Desta forma não se faz necessário reinvestimento em capex.



6. Gestão corporativa

Gestão de Recursos Humanos

A Administração da Companhia é formada pelo Conselho de Administração e Diretoria. O Conselho de Administração é composto de, no mínimo, 3 e, no máximo, 11 membros, eleitos e destituíveis pela Assembleia Geral com mandato de 3 anos, sendo permitida a reeleição. A Diretoria é composta por 3 membros, sendo um Diretor Presidente, um Diretor de Relações com Investidores e um Diretor sem designação específica, eleitos pelo Conselho de Administração, por um prazo de mandato unificado de 3 anos, sendo permitida a reeleição e destituição.

A Companhia é gerida no formato de Sociedade de Propósito Específico (SPE) e a gestão administrativa e operacional é realizada por empresas especializadas nas respectivas áreas contando com a Enerfin do Brasil Sociedade e Energia Ltda. ("Enerfín"), que atua como gerenciadora de todo o processo, mediante contrato de gestão firmado entre as partes e, portanto, não possui colaboradores diretos.

Gestão Integrada – meio ambiente, saúde e segurança do trabalho

A gestão integrada da Ventos do Sul Energia S.A. é realizada pela "Enerfín", mediante contrato de gestão firmado entre as partes. A Enerfín é certificada pela NBR ISSO 14001:2015 e pela NBR ISSO 45.000, de acordo com a sua política que tem como compromisso contribuir para o desenvolvimento sustentável. Além disso, a empresa segue outros requisitos estabelecidos pela Política ambiental e Saúde e Segurança no Trabalho da organização Elecnor, controladora da Enerfín.

Durante o exercício de 2019, foram realizadas duas auditorias externas as quais foram concluídas com êxito e reconhecimento pelos auditores independentes, quanto ao atendimento dos requisitos normativos avaliados.

Quanto ao licenciamento ambiental, a empresa também passou por vistorias rotineiras do órgão ambiental o qual verificou a regularidade das condições previstas na licença de operação, tanto do parque quanto da linha de transmissão 230 Kv que conecta o mesmo ao sistema interligado nacional.

Existem canais de informação e comunicação adequados para que a política de gestão integrada seja conhecida, compreendida e aplicada por todas as pessoas

dedicadas à organização, para que estejam conscientes de suas obrigações e os compromissos aplicáveis às atividades da Companhia.

.

Projetos sociais, culturais, esportivos e de incentivos à saúde

No exercício 2019, a Companhia operou pelo regime de apuração do lucro real e destinou cerca de R$ 712 mil, oriundos da sua parcela dedutível de imposto de renda a pagar, para apoiar projetos sociais formalmente reconhecidos pelas respectivas leis de incentivo à saúde, ao idoso, à cultura, à criança e ao esporte.

A Companhia apoia o fomento do turismo local bem como promove e participa da divulgação de informações do Centro de Visitação e Difusão de Informações, um espaço aberto ao público em geral, dedicado à divulgação de informações relacionadas ao Complexo Eólico, sua tecnologia empregada para geração de energia renovável, a preservação do meio ambiente e o potencial turístico do município de Osório, associado aos seus valores culturais, belezas naturais e esportes praticados na região.

Trata-se de um espaço de convivência social que visa contribuir com o desenvolvimento regional da infraestrutura social, ambiental e cultural do município de Osório, tornando-o uma referência de ecologia e turismo de parada obrigatória nas viagens ao litoral do Rio Grande do Sul. As visitas ao espaço são gratuitas, observando-se o horário de atendimento, entre 9h e 17h, aberto de quarta à segunda-feira (fechado nas terças-feiras para manutenção). O empreendimento está localizado às margens da Rodovia BR-101, junto à entrada principal do Complexo Eólico de Osório, próximo ao Parque de Rodeios Jorge Dariva.

No exercício de 2019, o espaço recebeu mais de nove mil visitantes, registrando-se predominância do público escolar (primeiro, segundo e terceiro grau) o qual alcançou aproximadamente 65% do público total de visitantes. Complementaram o perfil de visitantes, grupos formados predominantemente por turistas que visitaram a região.

7. Auditores independentes

Em conformidade com a Instrução CVM nº 381/03, informamos que a Companhia adota como procedimento formal consultar os auditores independentes, Deloitte Touche Tohmatsu Auditores Independentes ("Deloitte"), no sentido de assegurar-se de que a realização da prestação de outros serviços não venha afetar sua independência e objetividade necessária ao desempenho dos serviços de auditoria independente. Neste sentido, a Deloitte emite anualmente em seu relatório de auditoria uma declaração de independência na qual declaram que, conforme previsto pelas regras de independência adotadas pela Comissão de Valores Mobiliários, não existe qualquer relação entre a Deloitte, suas associadas e afiliadas e a Companhia que possam afetar a independência. A política da Companhia na contratação de serviços de auditores independentes assegura que não haja conflito de interesses, perda de independência ou objetividade.

Durante o exercício de 2019, efetuamos pagamentos para a Deloitte do serviço de (i) auditoria das demonstrações Financeiras e revisão dos ITRs no montante de R$ 245 mil; (ii) Diagnóstico de CPC 06 e dos requerimentos de divulgação nas demonstrações financeiras para reapresentação das demonstrações financeiras do exercício de 2018 visando atender os requerimentos da CVM 480 que dispõem sobre o registro emissores de valores mobiliários no montante de R$ 128 mil; e (iii) Auditoria das Demonstrações financeiras reapresentadas do exercício de 2018 no montante de R$ 120 mil.

8. Agradecimentos

Registramos nossos agradecimentos aos Acionistas pelo apoio prestado no debate e encaminhamento das questões de maior interesse da sociedade, bem como a todos os membros da atual Diretoria.

Também cabe registrar um especial reconhecimento à dedicação dos profissionais internos e externos, particularmente aos interlocutores das sociedades participantes, agentes da Eletrobras, BNDES e demais bancos financiadores da dívida sênior quitada, assim como à equipe do Banto Itaú (coordenador da operação) que atuaram de forma diligente e coordenada para o êxito da operação de refinanciamento, concluída no mês de outubro de 2019, bem como aos proprietários rurais parceiros,

colaboradores, prestadores de serviços, seguradoras, entidades financeiras, representantes das comunidades de Osório e Porto Alegre, demais agentes do setor elétrico, enfim, a todos que direta ou indiretamente colaboraram para o êxito das atividades da Companhia e para o cumprimento da nossa missão como produtora de energia no exercício de 2019.

Balanço Patrimonial

Em 31 de dezembro de 2019 e 2018
(Em milhares de reais)

Ativo	**Nota**	**2019**	**2018**
Circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	5	33.944	32.375
Aplicações financeiras	5	-	27.074
Contas a receber de clientes	6	19.019	23.921
Despesas antecipadas		490	522
Impostos a recuperar	7	2.365	114
Créditos diversos		11	11
		55.829	**84.017**
Não Circulante			
Aplicações financeiras vinculadas	8	5.921	17.280
Impostos a recuperar	7	5.099	4.994
Outros Créditos		205	175
IRPJ e CSLL diferidos	9	409	4.632
Arrendamentos	15	2.130	-
Investimentos		57	57
Imobilizado	10	306.185	316.569
		320.006	**343.707**
		375.835	**427.724**

As notas explicativas são parte integrante das Demonstrações Financeiras.

Balanço Patrimonial

Em 31 de dezembro de 2019 e 2018
(Em milhares de reais)

Passivo	Nota	2019	2018
Circulante			
Fornecedores		1.064	977
Contas a pagar - Eletrobras	11	54.643	37.311
Financiamentos	12	-	42.274
Debêntures	13	44.200	-
Impostos a recolher		1.602	977
Provisão IRPJ e CSLL	9	1.901	913
Partes relacionadas	23	2.383	2.419
Outras obrigações		607	668
Provisões		650	-
Arrendamentos	15	93	-
		107.143	**85.539**
Não Circulante			
Financiamentos	12	-	45.285
Debêntures	13	252.777	-
Dividendos a pagar	23.2	-	124.950
Arrendamentos	15	2.231	-
Provisão para Desmobilização	10.3	7.802	-
		262.810	**170.235**
Total do Passivo		**369.953**	**255.774**
Patrimônio Líquido			
Capital social	17	964	140.964
Reservas de lucro	17	4.918	30.986
Total do patrimônio líquido		**5.882**	**171.950**
		375.835	**427.724**

As notas explicativas são parte integrante das Demonstrações Financeiras.

Demonstrações de Resultados

Exercício findo em 31 de dezembro de 2019 e 2018
(Em milhares de reais)

	Nota	2019	2018
Receita Operacional Líquida	18	134.829	140.087
Custo da Operação	20	(58.389)	(60.822)
LUCRO BRUTO		**76.440**	**79.265**
Despesas / Receitas Operacionais			
Gerais e administrativas	20	(6.838)	(4.507)
Outras receitas operacionais, líquidas	24	4.426	4.555
Lucro Operacional antes do Resultado Financeiro		**74.028**	**79.313**
Receitas financeiras	21	4.121	4.990
Despesas financeiras	21	(8.560)	(8.343)
Variação cambial, líquida	21	3.063	(9.852)
Resultado antes dos tributos sobre o lucro		**72.652**	**66.108**
Imposto de Renda e Contribuição Social	9		
Corrente		(20.421)	(24.011)
Diferido		(4.222)	744
Lucro Líquido do Exercício		**48.009**	**42.841**
Lucro por ações			
Lucro Líquido Básico por ação	22	**0,34**	**0,30**
Lucro Líquido Diluído por ação	22	**0,34**	**0,30**

As notas explicativas são parte integrante das Demonstrações Financeiras.

Demonstrações de Resultados Abrangentes

Exercício findo em 31 de dezembro de 2019 e 2018
(Em milhares de reais - R$)

	2019	2018
Lucro Líquido do Exercício	48.009	42.841
Outros Resultados Abrangentes	-	-
Resultado Abrangente do Exercício	**48.009**	**42.841**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstrações das Mutações do Patrimônio Líquido

Exercício findo em 31 de dezembro de 2019 e 2018
(Em milhares de reais)

	Nota	Capital Social	Reservas de Lucro		Lucros Acumulados	Total
			Reserva Legal	Reserva Especial		
Saldo em 31 de dezembro de 2017		**140.964**	**8.495**	**22.712**	**-**	**172.171**
Lucro líquido do exercício	17	-	-	-	42.841	42.841
Constituição de reserva legal	17.b.1	-	2.142	-	(2.142)	-
Destinação de Dividendos	17.c.2			(22.712)	(20.350)	(43.062)
Constituição de reserva especial	17.b.3	-	-	20.349	(20.349)	-
Saldo em 31 de dezembro de 2018		**140.964**	**10.637**	**20.349**	**-**	**171.950**
Lucro líquido do exercício	17	-	-	-	48.009	48.009
Destinação de Dividendos	17.c.2	-	(10.444)	(20.349)	-	(30.794)
Destribuição de Dividendos	17.c.1	-	-	-	(43.283)	(43.283)
Redução de Capital	17.a	(140.000)	-	-	-	(140.000)
Constituição de reserva especial	17.b.3	-	-	4.726	(4.726)	-
Saldo em 31 de dezembro de 2019		**964**	**193**	**4.726**	**-**	**5.882**

As notas explicativas são parte integrante das Demonstrações Financeiras.

Demonstrações dos Fluxos de Caixa - Método Indireto

Exercício findo em 31 de dezembro de 2019 e 2018
(Em milhares de reais)

	Nota	2019	2018
Fluxo de Caixa das Atividades Operacionais			
Lucro líquido do exercício		**48.009**	**42.841**
Ajustes para reconciliar o lucro líquido do exercício com o caixa gerado pelas atividades operacionais:			
Imposto de renda e Contribuição social	9	24.643	23.267
Variações monetárias e cambiais	21	(3.063)	9.852
Crédito de Pis e Cofins		(4.243)	(4.556)
Provisões		650	-
Juros sobre a dívida	21	7.330	7.836
Despesas (Receitas) Financeiras		(36)	83
Despesas Financeiras com Desmobilização	21	221	-
Despesas Finan. Arrendamento	21	323	-
Depreciação Arrendamento		91	-
Amortização Desmobilização		120	-
Depreciação e amortização	10	19.378	19.380
		93.423	**98.703**
Variações nos ativos e passivos operacionais:			
Aplicações financeiras		27.074	(13.031)
Contas a receber de clientes	6	4.902	(1.072)
Créditos diversos		(30)	(38)
Impostos a recuperar	7	200	(106)
Despesas antecipadas		32	(107)
Fornecedores		87	(38)
Contas a pagar - Eletrobras	11	17.332	14.799
Impostos a recolher		(3.724)	(2.382)
Partes Relacionadas	23	(36)	(139)
Outras obrigações		(61)	22
Caixa gerado pelas atividades operacionais		**139.199**	**96.611**
Imposto de Renda e Contribuição Social Pagos	9	(15.019)	(21.148)
Pagamento de juros	12	(16.071)	(10.749)
Caixa líquido gerado pelas atividades operacionais		**108.109**	**64.714**
Fluxo de Caixa das Atividades de Investimento			
Aquisição de imobilizado	10	(95)	(107)
Caixa líquido aplicado pelas atividades de investimento		**(95)**	**(107)**
Fluxo de Caixa das Atividades de Financiamento			
Pagamento de financiamentos	12	(74.594)	(59.174)
Debentures - Captação	13	325.000	-
Pagamento de debentures	13	(26.048)	-
Comissionamento	13	(3.136)	-
Redução de Capital	17	(140.000)	-
Pagamento de dividendos	17	(199.026)	(7.795)
Aplicaçoes financeiras vinculadas		11.359	3.267
Caixa líquido aplicado nas atividades de financiamento		**(106.445)**	**(63.702)**
Aumento de Caixa e Equivalentes de Caixa		**1.569**	**905**
Demonstração do Aumento de Caixa e Equivalentes de Caixa			
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	5	32.375	31.470
Caixa e equivalentes de caixa no fim do exercício	5	33.944	32.375

As notas explicativas são parte integrante das Demonstrações

Demonstrações do Valor Adicionado

Exercício findo em 31 de dezembro de 2019 e 2018
(Valores expressos em milhares de reais)

	2019	2018
Receitas	**153.197**	**159.052**
Vendas de energia	148.771	154.497
Outras receitas	4.426	4.555
Insumos Adquiridos de Terceiros	**44.139**	**43.946**
Custos da Operação	37.591	39.871
Materiais, energia, serviços de terceiros e outros	6.548	4.075
Valor Adicionado Bruto	**109.058**	**115.106**
Depreciação e Amortização	19.589	19.380
Valor Adicionado Líquido Produzido pela Entidade	**89.469**	**95.726**
Valor Adicionado Recebido em Transferência	**4.121**	**4.854**
Receitas financeiras	4.121	4.854
Valor Adicionado Total a Distribuir	**93.590**	**100.580**
Distribuição do Valor Adicionado	**93.590**	**100.580**
Impostos, taxas e contribuições	**38.821**	**37.677**
Federais	38.821	37.677
Remuneração de capitais de terceiros	**6.760**	**20.062**
Juros	5.261	18.195
Aluguéis	1.499	1.867
Remuneraçao de capitais proprios	**48.009**	**42.841**
Dividendos	43.283	-
Lucro retido	4.726	42.841
	93.590	**100.580**

As notas explicativas são parte integrante das Demonstrações Financeiras.

1. Informações gerais

1.1. Contexto Operacional

A Ventos do Sul Energia S.A. ("Companhia") é uma sociedade anônima de capital aberto, categoria B, código de registro na CVM 24767, concedido em 12/09/2019, com sede e foro na Av. Carlos Gomes, 222 – Sala 701, cidade de Porto Alegre/RS, que em 9 de maio de 2005, através de transformação do tipo jurídico de sociedade limitada para sociedade anônima, sucedeu a empresa Enerfin do Brasil – Produtora de Energia Ltda., constituída em 30 de setembro de 2003.

A Companhia tem como controlador direto a Rio Sul 1 Energia Ltda com 80% das ações. A Enerfín Enervento Exterior S.L.U detém 100% do capital social da Rio Sul 1 Energia Ltda e possui a Enerfín Sociedad de Energia S.L.U como acionista controlador. A Elecnor S/A detém 100% do capital social de Enerfín Sociedad de Energía S.L.U.

A Companhia apresenta a seguinte estrutura societária:

Acionistas	Ações	% de Participação
Rio Sul 1 Energia Ltda.	112.771.200	80%
Companhia Estadual de Geração e Transmissão de Energia Elétrica – CEEE – GT	14.096.400	10%
Wobben Windpower Indústria e Comércio Ltda.	14.096.400	10%
	140.964.000	**100%**

A Companhia tem por objeto principal a geração de energia elétrica proveniente de energia eólica para fins de comércio em caráter permanente, como Produtor Independente de Energia, sem constituir-se em concessionária de serviço público.

Habilitação	Contratos	Local de Geração: Município de Osório/RS
Programa de Incentivo às Fontes Alternativas de Energia Elétrica - PROINFA, autorizada pela Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL para atuação como Produtora Independente de Energia	Contrato para compra e venda de energia elétrica com a Eletrobrás – Centrais Elétricas Brasileiras S.A.	Parque Eólico de Osório composto por 25 aerogeradores com capacidade individual de 2 MW/h, entrou em operação em 29 de junho de 2006
Programa de Incentivo às Fontes Alternativas de Energia Elétrica - PROINFA, autorizada pela Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL para atuação como Produtora Independente de Energia	Contrato para compra e venda de energia elétrica com a Eletrobrás – Centrais Elétricas Brasileiras S.A.	Parque Eólico de Sangradouro composto por 25 aerogeradores com capacidade individual de 2 MW/h, entrou em operação em 30 de setembro de 2006
Programa de Incentivo às Fontes Alternativas de Energia Elétrica - PROINFA, autorizada pela Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL para atuação como Produtora Independente de Energia	Contrato para compra e venda de energia elétrica com a Eletrobrás – Centrais Elétricas Brasileiras S.A.	Parque Eólico dos Índios composto por 25 aerogeradores com capacidade individual de 2 MW/h, entrou em operação em 13 de dezembro de 2006

a) Licenças e autorizações

A Fundação Estadual de Proteção Ambiental – FEPAM, emitiu Declaração Online de Prorrogação de Licença Ambiental (LO) para a operação dos parques eólicos, indicando que o prazo de validade da Licença Ambiental, LO n.º 6131/2014-DL, concedida através do processo administrativo n.º 002714-0567/14-5, emitida em 28/10/2014, fica Prorrogado por tempo indeterminado, até manifestação da FEPAM no processo 002898-0567/18-1. A situação atualizada do Empreendimento poderá ser consultada no site ww3.fepam.rs.gov.br.

A Agência nacional de energia elétrica – ANEEL, publicou a resolução n.º 692, de 17 de dezembro de 2002, autorizando a Companhia como produtor Independe de Energia Elétrica, mediante a implantação da central eólica, no município de Osório, Estado do Rio Grande do Sul, pelo prazo de trinta anos, a contar da data de publicação do Diário Oficial da União em 18.12.2002, seção1, p.72 v. 139, n.244.

b) Contrato Proinfa

O prazo do contrato de Compra e Venda de energia no âmbito do Proinfa firmado com a Eletrobrás é de 20 anos, encerrando-se em 2026.

c) Risco da Operação

Se considerado os 13 anos de operação dos parques eólicos da Companhia (2007 a 2019), a geração média anual equivale a 358.777 MW, com uma velocidade média do mesmo período histórico superior de 6 m/s. Estes dados históricos revelam a maturidade do projeto e são indicativos de redução de risco da operação.

1.2. Continuidade Operacional

A Companhia apresentou nas informações contábeis o capital circulante líquido negativo no montante de R$ 51.314 em 2019, R$ 1.522 em 2018. Durante o exercício de 2019, a Companhia liquidou de forma antecipada os financiamentos mantidos junto ao BNDES e Bancos Repassadores e o Cofides. Conforme divulgado na Nota Explicativa 13, em outubro 2019 a Companhia realizou sua 1º Emissão de Debêntures no valor de R$ 325.000 e efetuou o pagamento de dividendos no montante de R$ 199.026 bem como a redução do seu capital social no montante de R$ 140.000, através dos recursos originados das debêntures emitidas.

Com base nas informações indicadas, a Administração avaliou a capacidade da Companhia, e entende que não há risco de liquidez, tendo em vista que parte substancial dos passivos circulantes refere-se as obrigações de debêntures e a geração de fluxos de caixa futuros decorrente do contrato de fornecimento de energia será suficiente para quitar as obrigações das debêntures, conforme cronograma estabelecido na Escritura de Emissão de Debêntures, bem como que a manutenção atual da gestão de seus ativos seja suficiente para dar continuidade a suas operações no futuro. A Administração não tem conhecimento de nenhuma incerteza material que possa gerar dúvidas significativas sobre a sua capacidade de continuar operando. Assim, estas demonstrações financeiras foram preparadas com base no pressuposto da continuidade.

2. Principais políticas contábeis

2.1. Declaração de conformidade

As demonstrações financeiras da Companhia foram preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, que compreendem as disposições da legislação societária, previstas na Lei n.º 6.404/76 com alterações da Lei n.º 11.638/07 e Lei n.º 11.941/09, e os pronunciamentos contábeis, intepretações e orientações emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), aprovados pela Comissão de Valores Mobiliários (CVM) e as Normas Internacionais de Relatório Financeiro (“International Financial Reporting Standards-IFRSs”), emitidas pelo “International Accounting Standards Board – IASB.

A Administração considerou as orientações emanadas da Orientação OCPC 07, emitida pelo CPC em novembro de 2014, na preparação das suas demonstrações financeiras de forma que todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, estão divulgadas e correspondem ao que é utilizado na gestão da Companhia.

As demonstrações financeiras foram aprovadas e autorizadas para emissão pela Administração em 05 de março de 2020.

2.2. Base de elaboração

As demonstrações financeiras foram elaboradas com base no custo histórico e em reais que é considerada a moeda funcional da Companhia. O custo histórico geralmente é baseado no valor justo das contraprestações pagas em troca de ativos. Na preparação das suas demonstrações financeiras, a Companhia adotou todos os pronunciamentos e respectivas interpretações técnicas e orientações técnicas emitidos pelo CPC, que juntamente com as práticas contábeis incluídas na legislação societária brasileira são denominados como práticas contábeis adotadas no Brasil (BR GAAP), que compreendem as normas da Comissão de Valores Mobiliários (CVM).

2.3. Caixa e equivalentes de caixa

Compreendem os saldos de caixa, depósitos bancários à vista e aplicações financeiras. Essas aplicações financeiras estão demonstradas ao custo, acrescido dos rendimentos auferidos até as datas de encerramento dos exercícios, e possuem vencimentos inferiores há 90 dias ou sem prazos fixados para resgate, com liquidez imediata, e estão sujeitas a um insignificante risco de mudança de valor.

2.4. Contas a receber de clientes

As contas a receber são avaliadas pelo montante original da venda, deduzida de provisão para créditos de liquidação duvidosa, quando necessário. A provisão para créditos de liquidação duvidosa é estabelecida quando existe uma evidência objetiva de que a Companhia não será capaz de receber todos os valores devidos de acordo com os prazos originais das contas a receber. O valor da provisão é a diferença entre o valor contábil e o valor recuperável.

2.5. Imobilizado

Terrenos, edificações, imobilizações em andamento, móveis e utensílios e equipamentos estão demonstrados ao valor de custo, deduzidos de depreciação e perda por redução ao valor recuperável acumulados, quando aplicável. São registrados como parte dos custos das imobilizações em andamento os honorários profissionais, os custos com desmontagem e, no caso de ativos qualificáveis, os custos de empréstimos capitalizados de acordo com a política contábil da Companhia. Tais imobilizações são classificadas nas categorias adequadas do imobilizado quando concluídas e prontas para o uso pretendido. A depreciação desses ativos inicia-se quando eles estão prontos para o uso pretendido na mesma base dos outros ativos imobilizados, limitados ao prazo de autorização das usinas, quando aplicável.

Os terrenos não sofrem depreciação.

A depreciação é reconhecida com base na vida útil estimada de cada ativo, pelo método linear, a partir da data de homologação dos ativos, de modo que o valor do custo menos o seu valor residual após sua vida útil seja integralmente baixado (exceto para terrenos e construções em andamento). A vida útil estimada, os valores residuais e os métodos de depreciação são revisados no final de cada exercício social e o efeito de quaisquer mudanças nas estimativas é contabilizado prospectivamente.

Um item do imobilizado é baixado após alienação ou quando não há benefícios econômicos futuros resultantes do uso contínuo do ativo. Quaisquer ganhos ou perdas na venda ou baixa de um item do imobilizado são determinados pela diferença entre os valores recebidos na venda e o valor contábil do ativo e são reconhecidos no resultado.

2.6. Provisão para desmontagem

As provisões para desmontagem são constituídas quando existe uma obrigação legal ou contratual no final da vida útil dos ativos. São constituídas provisões desta natureza nas usinas de geração de energia elétrica eólica para
fazer face às respectivas responsabilidades relativas às despesas com a reposição dos locais e terrenos em seu estado original. Estas provisões são calculadas com base no valor atual das respectivas responsabilidades futuras e são registradas por contrapartida de um aumento do respectivo imobilizado, sendo amortizados de forma linear pelo período de vida útil média esperada desses ativos.

2.7. Redução ao valor recuperável de ativos tangíveis e intangíveis

No fim de cada exercício, a Companhia revisa o valor contábil de seus ativos tangíveis e intangíveis para determinar se há alguma indicação de que tais ativos sofreram alguma perda por redução ao valor recuperável. Se houver tal indicação, o montante recuperável do ativo é estimado com a finalidade de mensurar o montante dessa perda. Quando não for possível estimar o montante recuperável de um ativo individualmente, a Companhia calcula o montante recuperável da unidade geradora de caixa à qual pertence o ativo. Quando uma base de alocação razoável e consistente pode ser identificada, os ativos também são alocados às unidades geradoras de caixa individuais ou ao menor grupo de unidades geradoras de caixa para o qual uma base de alocação razoável e consistente possa ser identificada.

O montante recuperável é o maior valor entre o valor justo menos os custos na venda ou o valor em uso. Na avaliação do valor em uso, os fluxos de caixa futuros estimados são descontados ao valor presente pela taxa de desconto, antes dos impostos, que reflita uma avaliação atual de mercado do valor da moeda no tempo e os riscos específicos do ativo para o qual a estimativa de fluxos de caixa futuros não foi ajustada.

Se o montante recuperável de um ativo (ou unidade geradora de caixa) calculado for menor que seu valor contábil, o valor contábil do ativo (ou unidade geradora de caixa) é reduzido ao seu valor recuperável. A perda por redução ao valor recuperável é reconhecida imediatamente no resultado.

Quando a perda por redução ao valor recuperável é revertida subsequentemente, ocorre o aumento do valor contábil do ativo (ou unidade geradora de caixa) para a estimativa revisada de seu valor recuperável, desde que não exceda o valor contábil que teria sido determinado, caso nenhuma perda por redução ao valor recuperável tivesse sido reconhecida para o ativo (ou unidade geradora de caixa) em exercícios anteriores. A reversão da perda por redução ao valor recuperável é reconhecida imediatamente no resultado.

2.8. Tributação

A despesa com imposto de renda e contribuição social representa a soma dos impostos correntes e diferidos.

Impostos correntes

A provisão para imposto de renda e contribuição social está baseada no lucro tributável do exercício. O lucro tributável difere do lucro apresentado na demonstração do resultado, porque é ajustado por receitas ou despesas tributáveis ou dedutíveis em outros exercícios, além de itens não tributáveis ou não dedutíveis de forma permanente. A provisão para imposto de renda e contribuição social é calculada com base nas alíquotas vigentes no fim do exercício.

Impostos diferidos

O imposto de renda e contribuição social diferidos ("imposto diferido") é reconhecido sobre as diferenças temporárias no final de cada exercício entre os saldos de ativos e passivos reconhecidos nas demonstrações financeiras e as bases fiscais correspondentes usadas na apuração do lucro tributável, incluindo saldo de prejuízos fiscais, quando aplicável. Os impostos diferidos passivos são geralmente reconhecidos sobre todas as diferenças temporárias tributáveis e os impostos diferidos ativos são reconhecidos sobre todas as diferenças temporárias dedutíveis, apenas quando for provável que a Companhia apresentará lucro tributável futuro em montante suficiente para que tais diferenças temporárias dedutíveis possam ser utilizadas.

A recuperação do saldo dos impostos diferidos ativos é revisada no final de cada exercício e, quando não for mais provável que lucros tributáveis futuros estarão disponíveis para permitir a recuperação de todo o ativo, ou parte dele, o saldo do ativo é ajustado pelo montante que se espera que seja recuperado.

Impostos diferidos ativos e passivos são mensurados pelas alíquotas aplicáveis no período no qual se espera que o passivo seja liquidado ou o ativo seja realizado, com base nas alíquotas previstas na legislação tributária vigente no final de cada exercício, ou quando uma nova legislação tiver sido substancialmente aprovada. A mensuração dos impostos diferidos ativos e passivos reflete as consequências fiscais que resultariam da forma na qual a Companhia espera, no final de cada exercício, recuperar ou liquidar o valor contábil desses ativos e passivos.

2.9. Provisões

As provisões são reconhecidas para obrigações presentes (legal ou presumida) resultante de eventos passados, em que seja possível estimar os valores de forma confiável e cuja liquidação seja provável.

O valor reconhecido como provisão é a melhor estimativa das considerações requeridas para liquidar a obrigação no final de cada exercício, considerando-se os riscos e as incertezas relativos à obrigação. Quando a provisão é mensurada com base nos fluxos de caixa estimados para liquidar a obrigação, seu valor contábil corresponde ao valor presente desses fluxos de caixa (em que o efeito do valor temporal do dinheiro é relevante).

Quando alguns ou todos os benefícios econômicos requeridos para a liquidação de uma provisão são esperados que sejam recuperados de um terceiro, um ativo é reconhecido se, e somente se, o reembolso for virtualmente certo e o valor puder ser mensurado de forma confiável.

2.10. Reconhecimento de receita

A receita proveniente da venda de energia gerada é registrada com base no volume gerado no período e na tarifa especificada nos contratos de fornecimento.

Os valores são faturados para os clientes de acordo com os volumes de energia contratados. A Companhia pode em certos períodos gerar energia em quantidade inferior ou superior àquela prevista nos seus contratos de fornecimento, para essa diferença é constituída uma obrigação, quando o volume gerado de energia for inferior a contratada, que é registrada na rubrica “Contas a pagar - Eletrobras” ou um direito, quando o volume de energia for superior a contratada, que é registrado na rubrica “contas a receber”.

O valor registrado na rubrica “Contas a pagar - Eletrobras” e “contas a receber” é devolvido ou recuperado no exercício seguinte em doze parcelas iguais, conforme estabelecido em contrato.

2.11 Ativos e passivos financeiros

A Companhia adota os requerimentos do CPC 48 (IFRS 9) para seus ativos e passivos financeiros. A mensuração subsequente de um determinado item depende da classificação do instrumento, que é determinada no reconhecimento inicial e reavaliada anualmente, e considera o modelo de negócio da Companhia para a gestão dos ativos e a análise dos fluxos de caixa contratuais. Os instrumentos consistem em aplicações financeiras, contas a receber e outros recebíveis, empréstimos e financiamentos, outras contas a pagar.

a) Custo amortizado

Os ativos cujo principal objetivo da Companhia é colher os fluxos de caixa contratuais, os quais representam somente o pagamento de principal e juros, e passivos financeiros que são mensurados pelo custo amortizado com base no método da taxa efetiva de juros. Atualização monetária, juros e variação cambial, deduzidos de perdas ao valor recuperável (quando aplicável), são reconhecidos no resultado como receitas ou despesas financeiras, quando incorridos. Os principais instrumentos que a Companhia possui nesta categoria são contas a receber, depósitos e outros créditos, empréstimos, debêntures e fornecedores.

Os ativos financeiros são apresentados como ativo circulante, exceto aqueles com prazo de vencimento superior a 12 meses após a data do balanço.

b) Mensurados ao valor justo por meio de resultado

Os ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado são ativos financeiros mantidos para negociação. Um ativo financeiro é classificado nessa categoria se foi adquirido, principalmente, para fins de venda no curto prazo. Os ativos dessa categoria são classificados como ativos circulantes.

2.11.1 Reconhecimento e mensuração

Os ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado são ativos financeiros mantidos para negociação. Um ativo financeiro é classificado nessa categoria se foi adquirido, principalmente, para fins de venda no curto prazo. Os ativos dessa categoria são classificados como ativos circulantes. Os investimentos são, inicialmente, reconhecidos pelo valor justo, acrescidos dos custos da transação para todos os ativos financeiros não classificados como ao valor justo por meio do resultado. Os ativos financeiros ao valor justo por meio de resultado são, inicialmente, reconhecidos pelo valor justo, e os custos da transação são debitados à demonstração do resultado. Os ativos financeiros são baixados quando os direitos de receber fluxos de caixa tenham vencido ou tenham sido transferidos; neste último caso, desde que a Companhia tenha transferido, significativamente, todos os riscos e os benefícios de propriedade. Os ativos financeiros disponíveis para venda e os ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado são, subsequentemente, contabilizados pelo valor justo. Os empréstimos e recebíveis são contabilizados pelo custo amortizado, usando o método da taxa efetiva de juros.

2.12 Custos de empréstimos

Os custos de empréstimos atribuíveis à aquisição, construção ou produção de ativos qualificáveis, os quais levam, necessariamente, um período de tempo substancial para ficarem prontos para uso, são acrescentados ao custo de tais ativos até a data em que estejam prontos para o uso.

Todos os outros custos com empréstimos são reconhecidos no resultado do exercício em que são incorridos.

2.13 Demonstração do Valor Adicionado

Essa demonstração tem por finalidade evidenciar a riqueza criada pela Companhia e sua distribuição durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2019, é apresentada pela Companhia, conforme requerido pela legislação societária brasileira, como parte de suas demonstrações financeiras, pois não é uma demonstração prevista nem obrigatória conforme as IFRSs.

A DVA foi preparada com base em informações obtidas dos registros contábeis que servem de base de preparação das demonstrações financeiras e seguindo as disposições contidas na Deliberação do CMV nº557/08 e no CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado. Em sua primeira parte apresenta a riqueza criada pela Companhia, representada pelas receitas (receita bruta das vendas, incluindo os tributos incidentes sobre ela, as outras receitas e os efeitos da provisão para créditos de liquidação duvidosa), pelos insumos adquiridos de terceiros (custo das vendas e aquisições de materiais, energia e serviços de terceiros, incluindo os tributos incluídos no momento da aquisição, os efeitos das perdas e da recuperação de valores ativos e a depreciação e amortização) e pelo valor adicionado recebido de terceiros (participação nos lucros de coligadas, controladas e empreendimentos controlados em conjunto, receitas financeiras e outras receitas). A segunda parte da DVA apresenta a distribuição da riqueza entre pessoal, impostos, taxas e contribuições, remuneração de capitais de terceiros e remuneração de capitais próprios.

2.14. Demonstração do fluxo de caixa

Para a demonstração de fluxo de caixa referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2019 a Companhia preparou a mesma pelo método indireto e estão apresentadas de acordo com a Deliberação da Comissão de Valores Mobiliários – CVM nº 641, de 07 de outubro de 2010, que aprovou o pronunciamento técnico CPC 03 (R2) – Demonstração de Fluxo de Caixa.

2.15. Resultado por ação

O lucro (prejuízo) por ação básico é calculado por meio da divisão do lucro (prejuízo) líquido do exercício atribuído aos detentores de ações ordinárias ("ON") e preferenciais ("PN") dos acionistas pela quantidade média ponderada de ações ordinárias e preferenciais disponíveis durante o exercício, excluídas as ações em tesouraria, nos termos do CPC 41.

O lucro (prejuízo) por ação diluído é calculado por meio da divisão do lucro (prejuízo) líquido atribuído aos detentores de ações ordinárias e preferenciais dos acionistas pela quantidade média ponderada de ações ordinárias e preferenciais disponíveis durante o exercício, mais a quantidade média ponderada de ações ordinárias que seriam emitidas no pressuposto do exercício das opções de compra de ações com valor de exercício inferior ao valor de mercado, excluídas as ações em tesouraria, nos termos do CPC 41.

2.16. Segmento Operacional

A Companhia apresenta suas demonstrações financeiras considerando somente um segmento operacional, o de geração de energia elétrica gerada a partir de fonte renovável eólica, por meio de contratos de longo prazo, que representam integralmente a receita total da Companhia.

3. Novas normas, alterações e interpretações de normas

Adoção de pronunciamentos contábeis, orientações e interpretações novos e/ou revisados

a) CPC 06 (R2)/IFRS 16 – Operações de Arrendamento Mercantil

A Companhia aplicou, em 1º de janeiro de 2019, o CPC 06 (R2)/IFRS 16 – *Leases* (Arrendamentos), que estabelece os princípios para o reconhecimento, mensuração, apresentação e divulgação de operações de arrendamento mercantil e exige que os arrendatários contabilizem todos os arrendamentos conforme um único modelo de balanço patrimonial, similar à contabilização de arrendamentos financeiros até então aplicada de acordo com o CPC 06 (R1)/IAS 17.

Na data de início de um arrendamento, o arrendatário reconhece um passivo que representa a obrigação de efetuar os pagamentos (um passivo de arrendamento) e um ativo representando o direito de usar o ativo objeto durante o prazo do arrendamento (um ativo de direito de uso). Os arrendatários devem reconhecer separadamente as despesas com juros sobre o passivo de arrendamento e a despesa de depreciação do ativo de direto de uso.

Diante deste contexto, os contratos que contém arrendamento passaram a impactar as demonstrações financeiras da Companhia, da seguinte forma: (i) reconhecimento de ativos de direito de uso e de passivos de arrendamento no balanço patrimonial, inicialmente mensurado pelo valor presente dos pagamentos mínimos futuros do arrendamento; (ii) reconhecimento de despesas de depreciação de ativos de direito de uso e despesas de juros sobre passivos de arrendamento na demonstração do resultado; (iii) separação do montante total de caixa pago nestas operações entre principal (apresentada dentro das atividades de financiamento) e juros (apresentados nas atividades operacionais) na demonstração dos fluxos de caixa.

A Companhia aplicou o método de transição retrospectivo cumulativo, o qual não requer apresentação de informações comparativas. O passivo e o ativo de direito de uso são reconhecidos pelo valor presente das parcelas remanescentes. Diante do exposto, as informações referentes a exercícios anteriores continuam sendo apresentadas de acordo com a norma anterior.

A norma define que um contrato é ou contém um arrendamento se o mesmo transmite o direto de controlar o uso de um ativo identificado por um período de tempo, em troca de uma contraprestação. A Companhia avaliou o pronunciamento, principalmente, para os contratos de arrendamento de terrenos de suas usinas eólicas, por apresentarem valores relevantes e por serem de longo prazo. Pelo fato de a maioria desses apresentarem remuneração variável ao arrendador com base na energia gerada por cada aerogerador, a IFRS 16 não permite que seja reconhecido o passivo de arrendamento e, por, consequência, o direito de exploração relacionados a esses contratos. Para os demais contratos que na data da aplicação da norma estão sujeitos a pagamento por remuneração fixa ao arrendador, a Companhia reconheceu Ativo de direito de uso e Passivo de arrendamento, conforme disposto na NE 15 Contratos de Arrendamentos.

b) IFRIC 23/ICPC 22 – Incerteza sobre o tratamento de tributos sobre o lucro

Emitida em maio de 2017, surge com o intuito de esclarecer a contabilização de posições fiscais que poderão não ser aceitas pelas autoridades fiscais relativos às matérias de imposto de renda e contribuição social. Em linhas gerais, o principal ponto de análise da interpretação refere-se à probabilidade de aceitação do Fisco sobre o tratamento fiscal escolhido pela companhia.

A IFRS 23 / ICPC 22 é aplicável para períodos anuais iniciados em ou após 1º de janeiro de 2019. A Companhia avaliou a interpretação e não identificou impactos relevantes nas demonstrações financeiras.

4. Principais julgamentos contábeis e fontes de incertezas nas estimativas

Na aplicação das políticas contábeis da Companhia descritas na nota explicativa nº. 2, a Administração deve fazer julgamentos e elaborar estimativas a respeito dos valores contábeis dos ativos e passivos para os quais não são facilmente obtidos de outras fontes. As estimativas e as respectivas premissas estão baseadas na experiência histórica e em outros fatores considerados relevantes. Os resultados efetivos podem diferir dessas estimativas.

As estimativas e premissas subjacentes são revisadas continuamente. Os efeitos decorrentes das revisões feitas às estimativas contábeis são reconhecidos no período em que as estimativas são revistas, se a revisão afetar apenas este período, ou também em períodos posteriores, se a revisão afetar tanto o período presente como períodos futuros.

4.1. Principais julgamentos na aplicação das políticas contábeis

A seguir são apresentados os principais julgamentos efetuados pela Administração durante o processo de aplicação das políticas contábeis da Companhia e que mais afetam significativamente os valores reconhecidos nas demonstrações financeiras.

4.1.1. Categorias e apuração do valor justo dos instrumentos financeiros

A Administração revisou os ativos financeiros da Companhia em conformidade com o CPC 48/IFRS 9.

	2019	2018
Ativos Financeiros	58.884	100.650
Passivos Financeiros	355.674	253.884

Os detalhes a respeito estão descritos na nota explicativa nº. 14.

4.2. Principais fontes de incertezas nas estimativas

A seguir, são apresentadas as principais premissas a respeito do futuro e outras principais origens da incerteza nas estimativas no final de cada exercício, que podem levar a ajustes significativos nos valores contábeis dos ativos e passivos no próximo exercício.

4.2.1 Vida útil dos bens do imobilizado

Conforme descrito na nota explicativa n.º 2.5, a Companhia revisa a vida útil estimada dos bens do imobilizado anualmente no final de cada exercício. No exercício de 2015, a Administração efetuou um estudo da vida útil estimada dos bens do imobilizado e com base nos resultados encontrados, alterou a vida útil dos Aerogeradores e Infraestruturas, aumentando de 20 para 30 anos, limitado ao prazo de autorização das usinas, quando aplicável.

4.2.2. Avaliação de instrumentos financeiros

Conforme descrito na nota explicativa nº. 14, a Companhia usa técnicas de avaliação que incluem informações que não se baseiam em dados observáveis de mercado para estimar o valor justo de determinados tipos de instrumentos financeiros. A nota explicativa nº. 14 oferece informações detalhadas sobre as principais premissas utilizadas na determinação do valor justo de instrumentos financeiros, bem como a análise de sensibilidade dessas premissas.

A Administração acredita que as técnicas de avaliação selecionadas e as premissas utilizadas são adequadas para a determinação do valor justo dos instrumentos financeiros.

4.2.3. Desmobilização de Ativos – Custos de Desmontagem

A Companhia constituiu provisão de desmobilização de ativos, para atender obrigações dos contratos de arrendamento de terrenos, que determinam a retirada dos aerogeradores ao final do contrato. Para mensurar a constituição da provisão foram estimados a valor presente os custos de desmontagem, remoção dos itens e restauração do terreno, considerando os prazos dos respectivos contratos de arrendamento de terreno, bem como foi estivada a taxa de desconto, conforme conceito do IAS 37, tem 47 e descrito na NE 10.3. A adoção das referidas premissas e estimativas, estão sujeitas a um maior grau de incertezas, o que pode resultar em um ajuste material caso essas premissas e estimativas sofram mudanças significativas em períodos subsequentes.

5. Caixa e equivalentes de caixa e aplicações financeiras

O saldo de caixa e equivalentes de caixa e aplicações financeiras no final do exercício, conforme registrado na demonstração dos fluxos de caixa pode ser conciliado com os respectivos itens dos balanços patrimoniais, conforme demonstrado a seguir:

	2019	2018
Saldo de caixa e bancos	3.943	4.662
Aplicações financeiras	30.001	27.713
Total Caixa e Equivalentes de Caixa	**33.944**	**32.375**
	-	27.074
Aplicações financeiras (a)	**30.001**	**54.787**

a) As aplicações financeiras referiam-se a saldos que não eram destinados para quitar compromissos de curto prazo.

Caixa e equivalentes de caixa incluem o caixa, os depósitos bancários e outros investimentos de curto prazo de alta liquidez, com vencimentos originais de até três meses, e com risco insignificante de mudança de valor, sendo demonstrados na data do balanço a valor justo. As aplicações financeiras possuem opção de resgate antecipado dos referidos títulos, sem penalidades ou perda de rentabilidade.

Agente Financeiro	Tipo de Aplicação	Vencimento	Indexador	2019	2018
Banco do Brasil	BB RF LP Corp 3 milh	Indefinido	CDI	-	3.114
Banco do Brasil	BB RF LP Corp 10milh	Indefinido	CDI	3.142	51.673
Banco Itaú	ITAU TOP DI FIC R	Indefinido	CDI	26.859	-
				30.001	**54.787**
	Remuneração do CDI	**BB RF LP Corp 3 milh**		0,00%	97,96%
		BB RF LP Corp 10milh		100,30%	103,00%
		ITAU BBA		5,74%	0,00%
	Rentabilidade efetiva	**BB RF LP Corp 3 milh**		0,00%	6,29%
		BB RF LP Corp 10milh		5,96%	6,61%
		ITAU BBA		0,34%	0,00%

6. Contas a receber de clientes

Estão demonstrados os valores a receber relativamente ao fornecimento de energia, conforme contrato firmado com a Eletrobrás, deduzido o ajuste financeiro relativo às perdas de energia no sistema, estimado mensalmente pela área técnica da Companhia, que resultou em 2,25% na média anual.

	2019	2018
Centrais Elétricas Brasileiras - Eletrobrás S.A.	19.019	23.921

A administração da Companhia considera não ser necessária a constituição de provisão para créditos de liquidação duvidosa por não haver expectativa de perdas em toda a carteira de recebíveis em 31 de dezembro de 2019.

7. Impostos a recuperar

Refere-se aos valores retidos na fonte sobre recebimentos da Eletrobrás e sobre os rendimentos de aplicação financeira, bem como, os relativos à apropriação de créditos do PIS e da COFINS sobre a depreciação acelerada de Máquinas e Equipamentos, como segue:

	2019	2018
IR a compensar	2.206	1.098
CSLL a compensar	442	-
PIS a compensar	854	710
COFINS a compensar	3.848	3.186
Outros Impostos a compensar	114	114
	7.464	**5.108**
Circulante	2.365	114
Não Circulante	5.099	4.994
	7.464	**5.108**

Os créditos acima apresentados são compensados de forma sistemática conforme determina a legislação fiscal e de acordo com a capacidade da Companhia de gerar tributos a pagar. A classificação entre circulante e não circulante está baseada na expectativa da Companhia em gerar tributos a pagar.

Os créditos de longo prazo estão assim compostos:

	2019	2018
Créditos a Restituir - IRPJ e CSLL (a)	1.129	1.098
Créditos de PIS e COFINS (b)	3.970	3.896
	5.099	**4.994**

a) Créditos referentes a pedido de restituição protocolados junto à RFB.

b) Créditos de Pis e Cofins sobre bens imobilizados.

8. Aplicações financeiras vinculadas

Conforme previsto contratualmente, foram abertas contas-correntes vinculadas ao financiamento obtido junto ao BNDES e Bancos Repassadores, todas mantidas junto ao Banco do Brasil S/A. Porém, em função da liquidação antecipada do referido financiamento, a Companhia obteve autorização para a transferência dos valores aplicados para a conta corrente de livre movimentação.

Ao final de 2019, seguindo o determinado no Contrato de Emissão de Debêntures, foi constituída uma Conta Reserva vinculada ao Contrato de Emissão de Debêntures, que será utilizada para a amortização das debêntures.

As aplicações financeiras correspondem a quotas do fundo "ITAU TOP DI FIC R" mantidas no Banco Itaú, acrescidas dos rendimentos auferidos até o encerramento do período. Os fundos têm como meta remunerar o investimento à variação do CDI

As aplicações derivadas destas contas-correntes estão segregadas e apresentadas no ativo não circulante:

	2019	2018
Aplicações financeiras vinculadas	5.921	17.280

Agente Financeiro	Tipo de Aplicação	Vencimento	Indexador	2019	2018
Banco do Brasil	BB RF LP Corp 10milh	Indefinido	CDI	-	17.280
Banco ITAU BBA	ITAU TOP DI FIC R	Indefinido	CDI	5.921	-
		Remuneração do CDI		5,74%	103,00%
		Taxa Nominal		0,34%	6,61%

9. Imposto de renda e contribuição social

A despesa com imposto de renda e contribuição social representa a soma dos impostos correntes e diferidos.

a) Impostos Correntes

A provisão para imposto de renda e contribuição social está baseada no lucro tributável do exercício. O lucro tributável difere do lucro apresentado na demonstração do resultado, porque é ajustado por receitas ou despesas tributáveis ou dedutíveis em outros exercícios, além de itens não tributáveis ou não dedutíveis de forma permanente:

Reconciliação do IR/CS - Lucro Real	**2019**	**2018**
Lucro Líquido	72.652	66.108
Alíquota combinada de impostos	34%	34%
Despesa fiscal à alíquota combinada	(24.702)	(22.477)
Outras diferenças permanentes líquidas	59	(790)
Imposto de renda e contribuição social	**(24.643)**	**(23.267)**
Corrente	(20.421)	(24.011)
Diferido	(4.222)	744
Total	**(24.643)**	**(23.267)**
Alíquota efetiva	**(33,92%)**	**(35,20%)**

b) Impostos Diferidos

b.1) O imposto de renda e contribuição social diferidos em 31 de dezembro refere-se a:

Impostos Diferidos

	2019	**2018**
Imposto de renda diferido ativo		
Sobre Variação Cambial	3.105	547
Contribuição Social diferida ativa		
Sobre Variação Cambial	1.117	197
	4.222	**744**

b.2) Ativo Diferido referente a imposto de renda e contribuição social em 31 de dezembro:

	2019			2018		
Ativo Diferido	**IR**	**CS**	**Total**	**IR**	**CS**	**Total**
Despesas de variações cambiais tributadas pelo regime de caixa	301	108	**409**	3.406	1.226	**4.632**
Ativo Não Circulante	**301**	**108**	**409**	**3.406**	**1.226**	**4.632**

10. Imobilizado

O ativo imobilizado, está segregado entre Administração Central e Operação do Sistema:

		2019			2018
	Taxas anuais de depreciação e amortização %	**Custo**	**Depreciação e amortização acumulada**	**Líquido**	**Líquido**
Administração central:					
Computadores	20%	803	(672)	131	177
Móveis e utensílios	10%	818	(687)	131	158
Instalações	10%	300	(126)	174	201
Máquinas e Equipamentos	10%	1.373	(678)	695	826
Veículos	20%	129	(65)	64	90
Operação do sistema:					
Terrenos		43	-	43	-
Edificações, obras civis e benfeitorias	2,81%	84.831	(39.653)	45.178	47.777
Máquinas e equipamentos	3,11%	599.605	(347.296)	252.309	267.340
Desmobilização		7.580	(120)	7.460	-
		695.482	**(389.297)**	**306.185**	**316.569**

	Edificações, Obras Civis e Benfeitorias e Outros	Máquinas e Equipamentos	Total
Saldo em 31/12/2017	**52.033**	**282.372**	**334.405**
Adições	107	-	107
Outros (crédito PIS/COFINS)	-	1.437	1.437
Depreciação do exercício	(2.911)	(16.469)	(19.380)
Saldo em 31/12/2018	**49.229**	**267.340**	**316.569**
Adições	95	-	95
Desmobilização	-	7.580	7.580
Outros (crédito PIS/COFINS)	-	1.437	1.437
Amortização Desmobilização	-	(120)	(120)
Depreciação do exercício	(2.909)	(16.469)	(19.378)
Saldo em 31/12/2019	**46.415**	**259.769**	**306.185**

10.1. Ativos cedidos em garantia

Os Aerogeradores que compõem máquinas e equipamentos, com valor residual contábil de R$ 259.769 (R$ 267.340 em 2018) foram cedidos em garantia em favor dos Debenturistas. A Companhia não tem permissão de ceder esses ativos como garantia para outros empréstimos/financiamentos ou vendê-los.

10.2. Perdas pela não recuperabilidade de imobilizado (impairment)

A Companhia avalia a cada data de apresentação os bens do imobilizado com a finalidade de identificar evidências que levem à perda de valores não recuperáveis desses ativos, ou ainda, quando eventos ou alterações significativas indicarem que seus valores contábeis possam não ser recuperáveis. Se identificado que o valor contábil do ativo excede o seu valor recuperável, essa perda é reconhecida no resultado. Não há quaisquer indicativos identificados que possam resultar na redução do valor recuperável dos seus ativos em 31 de dezembro de 2019.

A companhia possui contrato de O&M com o fornecedor dos aerogeradores, que compreende a manutenção preventiva e corretiva. Este contrato possibilita o acompanhamento contínuo dos equipamentos, e estabelece uma disponibilidade média de 97% dos aerogeradores. Os resultados obtidos, 98,7% em 2019 e 2018, indicam que as máquinas mantem ou superam, após 13 anos de produção, a mesma disponibilidade do início da operação.

10.3. Desmobilização de Ativos

A companhia possui contratos de arrendamentos de terreno, que entre outras obrigações determinam a retirada dos aerogeradores ao final do prazo de contrato. Assim, em atendimento ao CPC 25 – Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes, a Companhia constituiu a provisão de desmobilização de ativos, para fazer frente às responsabilidades relativas às despesas com a reposição dos locais e terrenos em seu estado original. Adicionalmente, na mensuração inicial do ativo, deve-se considerar os custos de desmontagem e remoção dos itens e restauração do terreno no qual este está instalado, em aderência ao CPC 27.

Em 31 de dezembro de 2019, o saldo da provisão para desmobilização de ativos totaliza R$7.802.

11. Contas a pagar - Eletrobras

	2019	2018
Contas a pagar - Eletrobras	54.643	37.311

Conforme Contrato de Compra e Venda de Energia, celebrado com a Centrais Elétricas Brasileiras - Eletrobrás, o somatório das diferenças mensais apuradas durante o ano, período de 12 meses começando em janeiro e terminando em dezembro, será compensado nos pagamentos do ano subsequente. O contrato, estabelece que a parcela do ajuste será calculada pela diferença entre o produto da energia gerada no ano anterior, referida ao centro de gravidade, pelo preço ajustado pela curva do fator de capacidade e o produto da contratada no ano anterior pelo preço unitário definido no contrato, rateada igualmente pelos 12 meses do ano subsequente.

12. Financiamentos

12.1. A posição geral dos financiamentos é a seguinte:

			Circulante		Não circulante	
Instituição financeira	Encargos de juros (a.a.)	Vencimento Final	2019	2018	2019	2018
BNDES	TJLP + 3,50%	2019	-	5.987	-	-
BRDE	TJLP + 3,70%	2019	-	3.996	-	-
Banco Santander S.A	TJLP + 4,00%	2019	-	8.019	-	-
Banrisul S.A	TJLP + 3,70%	2019	-	1.142	-	-
Caixa RS	TJLP + 3,70%	2019	-	1.713	-	-
Banco do Brasil S.A	TJLP + 3,50%	2019	-	5.695	-	-
COFIDES	Euro + 4,50%	2022	-	15.722	-	45.285
			-	**42.274**	-	**45.285**

Os financiamentos representam os valores liberados pelo BNDES e outros agentes financeiros para efetivação do projeto dos Parques Eólicos, conforme contratos firmados em 4 de outubro de 2005, estando apresentados considerando os encargos incorridos até o encerramento do período, distribuídos em circulante e não circulante conforme o prazo de carência e de vencimento dos mesmos

Mapa Movimentação de Empréstimos

	2019	2018
Saldo inicial	26.552	71.611
Apropriação de Juros	731	4.945
Amortização	(27.283)	(50.004)
Saldo final	**-**	**26.552**

Mapa Movimentação de Empréstimos - Cofides

	2019	2018
Saldo inicial	61.007	68.183
Variação cambial	(3.063)	9.852
Apropriação de Juros	3.441	2.891
Amortização	(61.385)	(19.919)
Saldo final	**-**	**61.007**

12.2 Reconciliação de atividades de financiamento da DFC

A tabela a seguir detalha as variações nos passivos da Companhia resultantes de atividades de financiamento, incluindo mudanças que envolvem e não envolvem caixa. Os passivos resultantes de atividades de financiamento são passivos para os quais os fluxos de caixa foram, ou os fluxos de caixa futuros serão, classificados na demonstração dos fluxos de caixa da Companhia como fluxos de caixa de atividades de financiamento.

A Companhia liquidou de forma antecipada e voluntária o financiamento sênior que mantinha com o BNDES no dia 28/05/2019 e com o Sindicato de Bancos Repassadores no dia 31/05/2019. O financiamento subordinado que mantinha com o Cofides foi liquidado de forma antecipada e voluntária no dia 29/07/2019.

Reconciliação de atividades de financiamento da DFC

	2019	2018
Saldo inicial	87.559	139.794
Apropriação de Juros	4.172	7.836
Variação Cambial (Cofides)	(3.063)	9.852
Amortização de juros	(14.074)	(10.749)
Amortização de principal	(74.594)	(59.174)
Saldo final	**-**	**87.559**

13. Debêntures

A Companhia realizou em 21/10/2019 sua 1º emissão de Debêntures simples, não conversíveis em ações, em duas séries, da espécie com garantia real, para distribuição pública, totalmente destinados à liquidação integral de todo e qualquer passivo financeiro da Companhia, sendo a diferença positiva destinada à recomposição do caixa da Companhia para condução das atividades da Companhia.

O valor total captado foi de R$ 325.000 e o recurso entrou na Companhia no dia 30 de outubro de 2019. Foram emitidas 325.000 (trezentas e vinte e cinco mil) Debêntures, sendo 227.000 (duzentas e vinte e sete mil) Debêntures da Primeira Série, com juros remuneratórios correspondentes a 100% do CDI + 0,75% ao ano, e 98.000 (noventa e oito mil) Debêntures da Segunda Série com juros remuneratórios correspondentes a IPCA + 3,25% ao ano. A amortização das debêntures e o pagamento de juros remuneratórios, ocorrerão semestralmente nos meses de dezembro e junho, sendo que a primeira amortização ocorreu em dezembro de 2019.

Abaixo é demostrado a abertura e movimentação das debêntures:

Abertura e Saldos das Debêntures

Emissão	Taxas de Juros	Vencimento	Captação	Custo a apropriar	Saldo de Principal	Saldo de Juros	Total
1ª Emissão - 1ª Série	CDI + 0,75%	31/12/2025	R$227.000	(1.200)	208.840	295	207.935
1ª Emissão - 2ª Série	IPCA + 3,25%	31/12/2025	R$98.000	(1.936)	90.112	866	89.042
			R$325.000	**(3.136)**	**298.952**	**1.161**	**296.977**

Circulante	44.200
Não Circulante	252.777
Total Debêntures	**296.977**

13.1. Vencimento das parcelas de longo prazo

A Companhia classifica suas debêntures como passivos financeiros mensurados ao custo amortizado. O saldo de principal de debêntures registrado no passivo não circulante tem seus vencimentos assim programados:

Ano de vencimento	Valor
2021	45.610
2022	47.241
2023	50.365
2024	53.061
2025	56.500
Total Passivo não Circulante	**252.777**

13.2. Mutação das debêntures

Mapa Movimentação de Debêntures

	2019
Saldo inicial	-
Emissão de Debêntures	325.000
Juros Incorrido	3.158
Amortização de debêntures	(26.048)
Amortização de juros	(1.997)
Custo de Captação a apropriar	(3.136)
Saldo final	**296.977**

13.3. Cláusulas contratuais restritivas – *covenants*

A Companhia emitiu debêntures com cláusulas que requerem a manutenção de índices econômico-financeiros dentro de parâmetros pré-estabelecidos, com exigibilidade de cumprimento anual a partir do exercício social encerrado em 2020, bem como outras condições restritivas a serem observadas, tais como:

i) transformação da forma societária da Companhia de modo que deixe de ser uma sociedade por ações;

ii) celebração de contratos de mútuo pela Companhia, nos quais a Companhia figure na qualidade de mutuante, sem a prévia anuência dos Debenturistas;

iii) distribuição de dividendos e/ou pagamento de juros sobre capital próprio, pela Companhia, em valor superior ao do dividendo mínimo obrigatório previsto no artigo 202 da Lei das Sociedades por Ações, e os juros sobre capital próprio imputados aos dividendos obrigatórios caso: (a) a Companhia esteja inadimplente com qualquer das obrigações pecuniárias estabelecidas na Escritura de Emissão e/ou Contrato de Garantia; e/ou (b) a Companhia não esteja cumprindo o ICSD (Índice de Cobertura do Serviço da Dívida) de, no mínimo, 1,2 (um inteiro e dois décimos);

iv) cisão, fusão, incorporação, aquisição, constituição ou qualquer forma de reorganização societária que implique (a) alteração de controle da Companhia e/ou dos Acionistas, bem como (b) a participação da Companhia em outras sociedades, para a qual não tenha sido obtida a prévia e expressa anuência dos Debenturistas;

v) qualquer mudança, transferência ou cessão, direta ou indireta, do controle acionário da Companhia, de forma direta ou indireta, sem a prévia e expressa anuência dos Debenturistas.

O descumprimento destas condições poderá implicar vencimento antecipado das debêntures, bem como penalidades perante aos órgãos reguladores.

14. Instrumentos financeiros

14.1. Gestão do risco de capital

A Companhia administra seu capital, para assegurar que as atividades possam continuar no seu curso normal.

A estrutura de capital é formada pelo endividamento líquido (empréstimos detalhados na nota explicativa nº. 12, Debêntures conforme nota explicativa nº. 13, deduzidos pelo caixa e saldos de bancos) e pelo patrimônio líquido (que inclui capital emitido, reservas, lucros acumulados, conforme apresentado na nota explicativa nº. 17).

14.1.1. Índice de endividamento

O índice de endividamento no final do exercício é o seguinte:

	2019	2018
Dívida (a)	296.977	87.559
Caixa, Equivalentes, aplicações financeiras e aplicações vinculadas (b)	39.865	76.729
Dívida líquida	**257.112**	**10.830**
Patrimônio líquido (c)	5.882	171.950
Índice de endividamento líquido	**43,71**	**0,06**

(a) A dívida é definida como empréstimos e debêntures de curto e longo prazos, conforme detalhado na nota explicativa nº. 12 e 13.

(b) O caixa e saldos de bancos é composto de caixa e equivalentes de caixa e aplicações financeiras vinculadas.

(c) O patrimônio líquido inclui todo o capital e as reservas, gerenciados como capital.

14.2. Categorias e apuração do valor justo de instrumentos financeiros

Abaixo, são comparados os valores contábeis, valor justo e os níveis hierárquicos dos principais ativos e passivos de instrumentos financeiros, de acordo com a CVM 699 e o CPC 46 que trata da Mensuração do Valor Justo:

Ativos Financeiros	**Nível**	**31/12/2019**	**31/12/2018**
		Valor contábil e valor justo	Valor contábil e valor justo
Valor justo por meio do resultado			
Caixa e Equivalente de Caixa	2	33.944	32.375
Aplicações financeiras	2	-	27.074
Aplicações financeiras vinculadas	2	5.921	17.280
Custo Amortizado		Valor Contábil	Valor Contábil
Contas a Receber Geração de Energia	-	19.019	23.921
Total dos ativos financeiros		**58.884**	**100.650**
Passivos Financeiros			
Custo amortizado			
Fornecedores	-	1.064	977
Contas a pagar - Eletrobras	-	54.643	37.311
Financiamentos	-	-	87.559
Partes Relacionadas e dividendos	-	2.383	127.369
Debentures	-	296.977	-
Outras obrigações	-	607	668
Total dos passivos financeiros		**355.674**	**253.884**

Os três níveis de hierarquia para apuração do valor justo são apresentados a seguir:
Nível 1: obtidos de preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos ou passivos idênticos;
Nível 2: obtidos por meio de outras variáveis além dos preços cotados incluídos no Nível 1, que são observáveis para o ativo ou passivo;
Nível 3: obtidos por meio de técnicas de avaliação que incluem variáveis para o ativo ou passivo, mas que não têm como base os dados observáveis de mercado.

A Companhia entende que os instrumentos financeiros, que estão reconhecidos nas demonstrações financeiras pelo seu valor contábil, são substancialmente similares aos que seriam obtidos se fossem negociados no mercado, e a Administração entende que os valores registrados se aproximam de seu valor justo. A seleção dos ativos e passivos apresentados nesta nota ocorreu em razão de sua relevância. Não é prática da Companhia contratar instrumentos financeiros para fins especulativos. Em 31 de dezembro de 2019, a Companhia não detinha instrumentos financeiros derivativos ou outros instrumentos de riscos semelhantes.

a) Valor justo é o montante pelo qual um ativo poderia ser trocado, ou um passivo liquidado, entre partes com conhecimento do negócio e interesse em realizá-lo, em uma transação em que não há favorecidos. O conceito de valor justo trata de inúmeras variações sobre métricas utilizadas com o objetivo de mensurar um montante em valor confiável.

b) A apuração do valor justo foi determinada utilizando as informações de mercado disponíveis e metodologias apropriadas de avaliação. Entretanto, um julgamento considerável é necessário para interpretar informações de mercado e estimar o valor justo. Algumas rubricas apresentam saldo contábil equivalente ao valor justo. Essa situação acontece em função desses instrumentos financeiros possuírem características similares aos que seriam obtidos se fossem negociados no mercado.

14.3. Risco de Liquidez

A Companhia monitora seu nível de liquidez considerando os fluxos de caixa esperados em contrapartida ao montante disponível de caixa e equivalentes de caixa. A gestão do risco de liquidez implica em manter caixa, títulos e valores mobiliários suficientes e capacidade de liquidar posições de mercado. Os valores reconhecidos em 31 de dezembro de 2019 se aproximam dos valores de liquidação das operações, incluindo a estimativa de pagamentos futuros de juros.

	Até 6 meses	De 6 a 12 meses	De 1 a 2 anos	De 2 a 5 anos	Total 31/12/2019
Passivos					
Fornecedores	1.064	-	-	-	**1.064**
Contas a pagar - Eletrobras	27.322	27.321	-	-	**54.643**
Partes Relacionadas e dividendos	2.383	-	-	-	**2.383**
Outras obrigações	607	-	-	-	**607**
Debentures	29.105	28.790	120.602	188.050	**366.547**
	60.481	**56.111**	**120.602**	**188.050**	**425.244**

	Até 6 meses	De 6 a 12 meses	De 1 a 2 anos	De 2 a 5 anos	Total 31/12/2018
Passivos					
Fornecedores	977	-	-	-	**977**
Contas a pagar - Eletrobras	18.656	18.656	-	-	**37.311**
Financiamentos	23.523	18.751	15.095	30.190	**87.559**
Partes Relacionadas e dividendos	2.419	25.340	25.340	74.271	**127.369**
Outras obrigações	668	-	-	-	**668**
	46.243	**62.746**	**40.435**	**104.461**	**253.884**

14.4. Risco de mercado

Risco de mercado é o risco de que mudanças no mercado, como mudanças nas taxas de câmbio, nas taxas de juros e de preços irão afetar as receitas da Companhia valor de seus instrumentos financeiros. O objetivo da Administração dos riscos de mercado é controlar as exposições aos riscos de mercado em parâmetros aceitáveis, otimizando seu retorno.

14.5. Gestão do risco de taxa de câmbio

A Companhia possuía transações em moeda estrangeira, consequentemente, surgiram exposições às variações nas taxas de câmbio. A Companhia não mantinha estratégia para prevenção e redução dos efeitos da flutuação da taxa de câmbio.

Os valores contábeis dos passivos monetários em moeda estrangeira no final do exercício são apresentados a seguir:

	2019	2018
Financiamentos (exposição ao Euro)	-	61.007

14.6. Gestão do risco de taxa de juros

A Companhia está exposta ao risco de taxa de juros, uma vez que obtêm empréstimos tanto com taxas de juros prefixadas como pós-fixadas. Esse risco é administrado pela Companhia através da manutenção de um “mix” apropriado de empréstimos a taxas de juros prefixadas e pós-fixadas.

A exposição da Companhia às taxas de juros de ativos e passivos financeiros está detalhada no item de gerenciamento de risco de liquidez desta nota explicativa.

14.7. Gestão de risco de crédito

As políticas de vendas da Companhia estão subordinadas ao contrato com a Eletrobrás, que estabelece um prazo de 20 anos contratuais e encerra-se em 2026.

14.8. Análise de sensibilidade

A Companhia apresenta abaixo as informações suplementares sobre seus instrumentos financeiros que são requeridas pela Instrução CVM n.º 475/08, especificamente sobre a análise de sensibilidade complementar à requerida pelas IFRSs e pelas práticas contábeis adotadas no Brasil. Na elaboração dessa análise de sensibilidade suplementar, a Companhia adotou as seguintes premissas, definidas na Instrução CVM n.º 475/08:

- Definição de um cenário provável do comportamento do risco que, caso ocorra, possa gerar resultados adversos para a Companhia, e que é referenciado por fonte externa independente (Cenário I);
- Definição de dois cenários adicionais com deteriorações de, pelo menos, 25% e 50% na variável de risco considerada (Cenário II e Cenário III, respectivamente; e
- Apresentação do impacto dos cenários definidos no valor justo dos instrumentos financeiros operados pela Companhia.

A projeção dos efeitos decorrentes da aplicação desses cenários no resultado financeiro para os próximos 12 meses seria a seguinte:

Risco	Instrumentos	Cenário I - Cenário Provável	Cenário II - deterioração de 25%	Cenário III - deterioração de 50%
	Ativo Financeiro			
Baixa do CDI	Aplicações Financeiras:	5.921	5.921	5.921
	Taxa anual estimada do CDI para 2019	4,40%	3,30%	2,20%
	Efeito anual nas aplicações financeiras			
	Perda	-	(65)	(130)
		-	(65)	(130)
	Passivo Financeiro			
Alta do CDI	Debêntures Série 1	207.935	207.935	207.935
	Taxa anual estimada de CDI + 0,75%	5,15%	6,25%	7,35%
		-	(2.287)	(4.575)
	Passivo Financeiro			
Alta do IPCA	Debêntures Série 2	89.042	89.042	89.042
	Taxa anual estimada de IPCA + 3,25%	6,52%	7,34%	8,16%
		-	(728)	(1.456)

A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores diferentes dos estimados devido à subjetividade que está contida no processo utilizado na preparação dessas análises.

14.9. Risco da escassez de vento

Esse risco decorre da possibilidade da falta de vento ocasionada por fatores naturais, o qual é minimizado em função das “jazidas de vento” do Brasil estarem entre as melhores do mundo, pois, além de contar com alta velocidade, os ventos são considerados bens estáveis, diferentes de certas regiões da Ásia e dos Estados Unidos, sujeitas a ciclones, tufões e outras turbulências.

14.10. Riscos regulatórios

As atividades da Companhia, assim como de seus concorrentes são regulamentadas e fiscalizadas pela ANEEL. Qualquer alteração no ambiente regulatório poderá exercer impacto sobre as atividades da Companhia.

15. Direito de uso de ativos e Passivos de arrendamentos

15.1. Direito de uso de ativos e Passivos de arrendamentos

Conforme indica o IFRS16/CPC 06, “arrendamento é o contrato, ou parte do contrato, que transfere o direito de usar um ativo (ativo subjacente) por um período de tempo em troca de contraprestação”.

Em observância ao IFRS 16/CPC 06, a Companhia analisou todos os contratos de arrendamentos, e verificou que existem contratos de arrendamentos com valores fixos, e concluiu que os contratos se enquadram no IFRS16/CPC06.

A Companhia tomou por base a taxa de desconto de 14,81%, aplicável aos contratos fixos de arrendamento no Brasil.

a) Direito de uso de arrendamentos:

	31.12.2019			
	Período de Depreciação	Custo	Depreciação	Valor líquido
Terrenos				
Contrato de Locação	Até 2040	536	(24)	512
Contrato de Locação	Até 2041	498	(22)	476
Contrato de Locação	Até 2042	624	(25)	599
Contrato de Locação	Até 2045	563	(20)	543
		2.221	**(91)**	**2.130**

A mutação do direito de uso de arrendamento está apresentada a seguir:

	Ativos de Direito de Uso
Adoção Inicial	2.221
Depreciação	(91)
Saldo em 31/12/2019	**2.130**

b) Arrendamentos a pagar

	Circulante	Não Circulante	Total
Adoção Inicial	211	2.012	2.223
Juros	14	309	323
Transferências	90	(90)	-
Amortizações	(222)	-	(222)
	93	**2.231**	**2.324**

c) Pis e Cofins a recuperar

Os contratos de locação e arrendamentos referidos nas letras “a” e “b”, são firmados com pessoas físicas, e portanto, não permitem que a Companhia utilize créditos de PIS e Cofins sobre os pagamentos efetuados aos arrendadores, conforme prescreve a legislação tributária.

d) Análise do impacto da inflação nos contratos de arrendamento

A Companhia, em conformidade com o CPC 06 (R2), na mensuração e na remensuração de seu passivo de arrendamento e do direito de uso de arrendamentos, procedeu ao uso da técnica de fluxo de caixa descontado sem considerar inflação projetada nos fluxos a serem descontados, haja vista vedação imposta pela norma contábil.

Desta maneira, para atender orientações das áreas técnicas da CVM são apresentados os saldos comparativos do passivo de arrendamento, do direito de uso de arrendamentos, da despesa financeira e da despesa de depreciação do período de 2019.

Passivo leasing saldo final	**2019**
Conforme apresentado IFRS 16	2.323
Com efeito da inflação	2.863
	23,27%
Direito de uso de arrendamentos, líquido saldo final	
Conforme apresentado IFRS 16	2.130
Com efeito da inflação	2.670
	25,38%
Despesa financeira	
Conforme apresentado IFRS 16	323
Com efeito da inflação	335
	3,50%
Despesa de depreciação	
Conforme apresentado IFRS 16	91
Com efeito da inflação	110
	20,50%

15.2. Arrendamentos com remuneração variável

Determinados contratos de arrendamentos de terrenos, onde estão instalados os parques eólicos, têm prazos de duração de trinta e cinco anos, prorrogáveis por período não inferior a doze anos e apresentam remuneração variável ao arrendador com base na energia gerada. A Companhia não tem a opção de adquirir os terrenos arrendados depois de expirado o prazo de duração do arrendamento. Considerando essas premissas, a IFRS 16 não permite que seja reconhecido o passivo de arrendamento e, por consequência, o direito de exploração relacionados a esses contratos.

Desta forma, os pagamentos são reconhecidos como despesa no exercício:

	2019	2018
Pagamentos do Arrendamento	1.209	1.571

16. Seguros

Os seguros têm cobertura determinada por orientação de especialistas, levando em conta a natureza e o grau de risco, com vigência de 1(um) ano. As principais coberturas de seguro são:

Ramos de seguro	31/12/2019	31/12/2018
Riscos operacionais	867.431	882.568
Responsabilidade civil geral	7.411	2.000
Vigência dos seguros	30/06/2019 a 30/06/2020	01/07/2018 a 01/07/2019

17. Patrimônio líquido

a) Capital Social:

O Capital Social subscrito e integralizado no valor de R$ 964, é representado por 140.964 ações ordinárias nominativas de valor nominal R$ 1,00.

Conforme assembleia realizada em 04 de setembro de 2019 a Redução de Capital Social no valor de R$ 140.000 foi paga aos acionistas no exercício de 2019.

Em função da redução do capital, a Companhia também reduziu o montante de reserva legal em R$10.444, uma vez que essa passou a representar mais do que 20% do capital social desta. O montante foi distribuído para os acionistas da Companhia a título de dividendos conforme assembleia realizada em 14 de novembro de 2019.

b) Reservas de lucro

b.1) Reserva Legal - pela legislação societária brasileira, a Companhia deve transferir 5% do lucro líquido anual apurado nos seus livros societários preparados de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil para a reserva legal até que essa reserva seja equivalente a 20% do capital integralizado. A reserva legal pode ser utilizada para aumentar o capital ou para absorver prejuízos, mas não pode ser usada para fins de dividendos.

b.2) Redução e distribuição de Reserva Legal no valor de R$ 10.444, foram pagos aos acionistas no exercício de 2019.

b.3) Reserva Especial de Lucros – no exercício de 2019, a Companhia constituiu reserva especial de lucros de R$ 4.726 (R$ 20.349 em 2018).

b.3) Em 31 de dezembro de 2019, a Companhia possui excesso de reservas de lucros sobre o capital social. A Administração proporá aos acionistas na próxima Assembleia Geral a destinação do excesso, nos termos da legislação societária.

c) Distribuição de lucro:

c.1) Distribuição de Dividendos, no valor de R$ 43.283 foram antecipados aos acionistas durante o exercício de 2019 (R$ 7.795 em 2018).

c.2) Destinação e distribuição de lucros mantidos em Reserva Especial de Lucros no valor de R$ 20.349.

	2019	2018
Lucro líquido do exercício	48.009	42.841
Reserva legal (5%)	-	2.142
Reserva especial de lucros	4.726	20.349
Destinação de dividendos	43.283	20.350
	48.009	**42.841**
Distribuição de dividendos	199.026	7.795

18. Receita

A seguir, segue a conciliação entre a receita bruta e a receita apresentada na demonstração de resultado do exercício:

	2019	2018
Receita Bruta		
Venda de energia	148.771	154.497
Impostos sobre vendas	(13.942)	(14.410)
Receita líquida	**134.829**	**140.087**

19. Segmento Operacional

A Companhia não elabora informações por segmento, uma vez que atua somente no segmento de geração de energia elétrica de fonte renovável eólica por meio de contratos de longo prazo, que representam a totalidade da receita da Companhia. A companhia possui concentração de sua receita com o cliente Eletrobrás considerando o contrato de compra e venda de energia do Proinfa.

20. Despesa classificada por função e natureza

	2019	2018
Despesa Classificada por função		
Custo da Operação	58.389	60.822
Gerais e Administrativas	6.838	4.507
Outras receitas operacionais líquidas	(4.426)	(4.555)
Total	**60.801**	**60.774**
Despesa Classificada por natureza		
Custo de Operação e Manutenção	27.572	30.227
Encargos Uso do Sistema e Produção	10.019	9.644
Arrendamentos	1.209	1.571
Depreciação	19.589	19.380
Despesa com Seguros	942	870
Despesa com Serviços Profissionais	3.189	1.801
Outras Despesas Administrativas	2.707	1.836
Outras receitas operacionais líquidas	(4.426)	(4.555)
Total	**60.801**	**60.774**

21. Receitas (despesas) financeiras líquidas e variação cambial

	2019	2018
Receitas aplicações financeiras	4.091	4.821
Receita de Juros	30	33
Outras Despesas (Receitas)	-	136
Receitas financeiras	**4.121**	**4.990**
Despesa com Juros	(7.330)	(7.836)
Despesa Financeira com Desmobilização	(221)	-
Despesas Financeira Arrendamento Operacional	(323)	-
Outros	(686)	(507)
Despesas financeiras	**(8.560)**	**(8.343)**
Variação Cambial Líquida	**3.063**	**(9.852)**

22. Resultado por ação

O resultado por ação básico é calculado por meio do resultado do período atribuível aos acionistas controladores da Companhia e a quantidade das ações do período.

O resultado por ação diluído é calculado por meio do resultado do período atribuível aos acionistas controladores da Companhia e a quantidade das ações no respectivo período, considerando os efeitos diluídos.

Em conformidade com o pronunciamento técnico CPC 41, equivalente à IAS 33 - Resultado por Ação.

Resultado básico por ação	2019	2018
Numerador		
Lucro disponivel aos acionistas	48.009	42.841
Denominador		
Numero de Ações	140.964	140.964
Lucro por ação - básico	**0,34**	**0,30**
Resultado diluído por ação		
Numerador		
Lucro disponivel aos acionistas	48.009	42.841
Denominador		
Numero de Ações	140.964	140.964
Lucro por ação - diluído	**0,34**	**0,30**

23. Transações com partes relacionadas

A Companhia tem como controlador direto a Rio Sul 1 Energia Ltda com 80% das ações, a Wobben Windpower Ind. e Com. Ltda possui participação indireta com 10% das ações e a Companhia Estadual de Geração e Transmissão de Energia Elétrica – CEEE GT com participação indireta de 10% das ações.

A Companhia não possui contratos de mútuos com as partes relacionadas, exceto contratos de prestação de serviços relacionadas a operação e gestão dos parques eólicos.

23.1. Transações comerciais

	Valores a pagar para partes relacionadas	
	2019	**2018**
Passivo (a)		
Circulante		
Fornecedores		
Wobben Windpower	1.361	1.595
Elecnor do Brasil Ltda	109	99
Enerfín Sociedade de Energia Ltda	913	725
Totais	**2.383**	**2.419**

	2019	**2018**
Resultado (a)		
Custo da Operação		
Aquisição de Serviços		
Wobben Windpower Ltda	17.714	20.012
Enerfin do Brasil Sociedade de Energia Ltda	7.970	8.424
Elecnor do Brasil Ltda	1.432	1.347
Totais	**27.116**	**29.783**

a) Os serviços prestados por partes relacionadas seguem condições estabelecidas no contrato firmado entre as partes, quais sejam, serviços de operação, manutenção e gestão da exploração dos parques instalados.

23.2. Dividendos

A Companhia realizou em 2019 o pagamento de todo o saldo de dividendos retidos.

	2019	2018
Wobben Windpower Ind. E Comércio Ltda.	-	12.495
Companhia Estadual de Geração e Transmissão de Energia Elétrica - CEEE - GT	-	12.495
Rio Sul 1 Energia Ltda	-	99.960
Totais	**-**	**124.950**

23.2. Remuneração dos Administradores

A Companhia não remunera diretamente os membros da administração, sendo remunerados pelo acionista controlador.

24. Outras receitas operacionais, líquidas

Trata-se dos créditos Pis e Cofins sobre a Depreciação e insumos de operação.

	2019	2018
Créditos de Pis e Cofins	4.426	4.555

25. Compromissos assumidos

Em 31 de dezembro de 2019, a companhia possui os seguintes principais compromissos contratuais relevantes:

Compromissos	Posição em 31/12/2019
Encargos de Transmissão	109
Arrendamentos	607
Wobben Windpower	1.361
Total	**2.077**

Os contratos demonstrados acima se caracterizam como compromissos de longo prazo e apresentam remuneração variável atrelada a energia gerada pelos parques eólicos. O reconhecimento no resultado ocorre de acordo com a competência dos respectivos contratos.